

# Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil

*Série* **Fundo do Milênio para a Primeira Infância**  
*Cadernos Pedagógicos – volume 3*

Brasília, janeiro de 2005

Edições UNESCO

*Conselho Editorial da UNESCO no Brasil*

Jorge Werthein  
Cecilia Braslavsky  
Juan Carlos Tedesco  
Adama Ouane  
Célio da Cunha

*Comitê para a Área de Educação*

Alvana Bof  
Candido Gomes  
Célio da Cunha  
Katherine Grigsby  
Marilza Machado Regattieri

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, do Banco Mundial e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, nem comprometem as Organizações. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

# Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil

*Série* **Fundo do Milênio para a Primeira Infância**  
*Cadernos Pedagógicos – volume 3*



Organização: OMEP

Organização: Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – OMEP, Brasil

Coordenação: Maria Helena Lopes

Elaboração:

Pedro Demo, Marise Campos, Nara Joyce Wellawsen Vieira, Patrícia Fernanda Carmen  
Kebach, Leoberto Brancher

Colaboração: Maria da Graça Souza Horn, Vital Didonet

Revisão Técnica:

UNESCO (Alessandra Schneider),  
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (Alceu Terra Nascimento,  
Jéferson dos Santos, Márcio Mostardeiro)

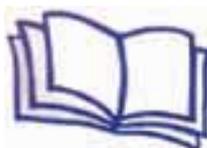
Revisão: Ana Maria Marschall, Marise Campos

Capa:

Edson Fogaça

Projeto Gráfico e Edição de Arte:

Estúdio ADULTOS e CRIANÇAS CRIATIVAS



© UNESCO, 2005

Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil.

– Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício  
Sirotsky Sobrinho, 2005.

72 p. – (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância  
Cadernos Pedagógicos; 3)

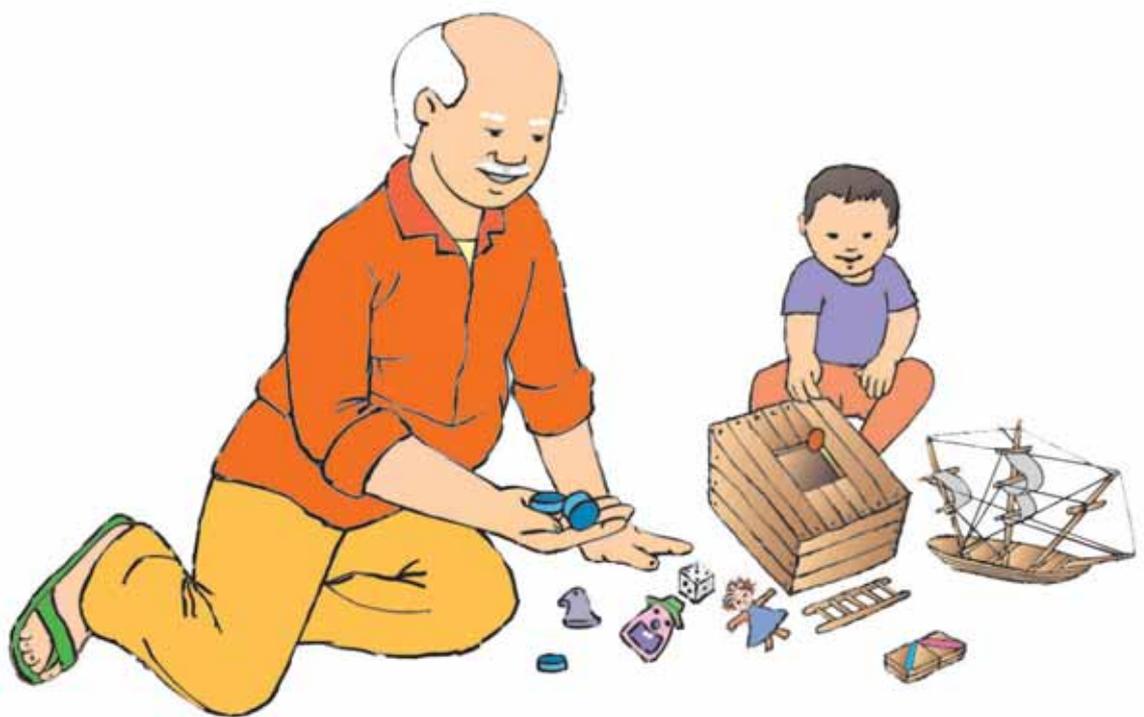
1. Educação infantil – Ensino de Ciências 2. Ensino de Ciências  
3. Educação Pré-escolar – Ensino de Ciências I. UNESCO II. Série

CDD 372

BR/2005/PI/H/4

## *Sumário*

<i>Apresentação</i> .....	7
<i>Introdução</i> .....	9
<i>Aspectos legais da educação infantil</i> .....	11
<i>Marise Campos</i>	
<i>Maus-tratos na infância: desamarrando as correntes da violência</i> .....	19
<i>Leoberto Narciso Brancher e Taiana Brancher Coelho</i>	
<i>Política social da infância</i> .....	31
<i>Pedro Demo</i>	
<i>Discriminações, preconceitos e etnias</i> .....	39
<i>Marise Campos</i>	
<i>A inclusão e a diversidade: crianças com necessidades especiais</i> .....	47
<i>Nara Joyce Wellausen Vieira</i>	
<i>Teorias e influências pedagógicas em educação infantil</i> .....	61
<i>Patrícia Fernanda Carmen Kebach</i>	



## *Apresentação*

O novo ordenamento legal, inaugurado pela Constituição Federal de 1988, assegura à criança brasileira o atendimento em creche e pré-escola e, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. Essa importante conquista nacional reitera um dos postulados da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, no ano de 1990, de que a aprendizagem ocorre desde o nascimento e requer educação e cuidado na primeira infância.

Nas últimas décadas, várias pesquisas têm demonstrado que os primeiros seis anos de vida de uma criança se constituem em período de intenso aprendizado e desenvolvimento, em que se assentam as bases do “aprender a conhecer”, “aprender a viver junto”, “aprender a fazer” e “aprender a ser”. O atendimento educacional de qualidade, nessa fase da vida, tem um impacto extremamente positivo no curto, médio e longo prazo, gerando benefícios educacionais, sociais e econômicos mais expressivos do que qualquer outro investimento na área social. Melhor desempenho na escolaridade obrigatória, menores taxas de reprovação e abandono escolar, bem como maior probabilidade de completar o ensino médio foram observados entre os que tiveram acesso à educação infantil de qualidade, quando comparados aos que não tiveram essa oportunidade. A frequência a instituições de educação infantil afeta positivamente o itinerário de vida das crianças, contribuindo significativamente para a sua realização pessoal e profissional.

Esse reconhecimento levou as nações a assumirem em Dacar, em 2000, entre os compromissos pela Educação para Todos, a meta de ampliar a oferta e melhorar a qualidade da educação e dos cuidados na primeira infância, com especial atenção às crianças em situação de vulnerabilidade. Essa é uma das seis metas expressas no Marco de Ação de Dacar, do qual o Brasil é um dos signatários, sendo a UNESCO a instituição das Nações Unidas que tem, entre suas atribuições, a de apoiar os países no cumprimento dessa agenda.

Em 2003, a Representação da UNESCO no Brasil, o Banco Mundial e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho firmaram parceria para a realização do Programa Fundo do Milênio para a Primeira Infância em alguns estados do País. Esse desafio foi lançado pelo Banco Mundial e prontamente acolhido pela UNESCO e pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que compartilham a firme convicção de que garantir uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida é um dos mais importantes investimentos que uma nação pode fazer.

O Programa Fundo do Milênio para a Primeira Infância tem como principal objetivo a qualificação do atendimento em creches e pré-escolas, preferencialmente da rede privada sem fins

lucrativos, isto é, de instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social. A principal estratégia do programa é a formação em serviço dos profissionais de Educação Infantil, considerando que a qualificação do educador é reconhecidamente um dos fatores mais relevantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o nível, a etapa ou a modalidade. No caso da Educação Infantil, em que o profissional tem a dupla responsabilidade de cuidar e educar bebês e crianças de até seis anos, sua formação é uma das variáveis que maior impacto causa sobre a qualidade do atendimento.

A série Fundo do Milênio para a Primeira Infância – Cadernos Pedagógicos constitui-se em importante recurso à formação continuada dos educadores. Seus quatro volumes, a saber, Olhares das Ciências sobre as Crianças; A Criança Descobrendo, Interpretando e Agindo sobre o Mundo; Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil e O Cotidiano no Centro de Educação Infantil, apresentam as principais temáticas relativas à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil.

Pretende-se, portanto, que o presente volume e os demais dessa série constituam-se em importante ferramenta de trabalho para os profissionais da área de Educação Infantil, proporcionando o acesso a novos e atualizados conhecimentos, a reflexão crítica e a construção de práticas inovadoras àqueles que têm em suas mãos a difícil e apaixonante tarefa de educar nossas crianças.

Desejamos, ainda, compartilhar essa realização com a Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP – Porto Alegre), reconhecendo sua colaboração inestimável, e com os Empreendedores Associados ao Programa Fundo do Milênio para a Primeira Infância, que comungam conosco a visão de que os primeiros anos de vida valem para sempre e de que a educação de qualidade, desde a mais tenra infância, é fundamental para a construção de um Brasil mais desenvolvido, mais humano e socialmente mais justo.

Jorge Werthein  
*Representante da UNESCO no Brasil*

Vinod Thomas  
*Diretor do Banco Mundial no Brasil*

Nelson Pacheco Sirotsky  
*Presidente da Fundação  
Maurício Sirotsky Sobrinho*



## Introdução

Convidamos todos vocês a percorrerem conosco um espaço muito importante, que chamamos “Educação Infantil”. São caminhos que passam por diversas abordagens dos conteúdos de Educação Infantil, oferecendo aos educadores várias possibilidades de despertarem para a sensibilidade e a sabedoria das crianças.

É um trajeto interessante, vivo e comprometido com a reflexão inteligente, com a disposição afetiva e com o desejo de tentar vencer os obstáculos.

Nosso veículo será a leitura de alguns textos importantes, que terão como centro a Educação Infantil e as ações e vivências que podemos realizar com nossas crianças. Muitos desses assuntos já são conhecidos, mas uma releitura sempre traz novidades, assim como uma viagem em boa companhia. Na busca do melhor convívio possível, vamos nos envolver em reflexões sobre algumas teorias importantes, que nos auxiliarão a repensarmos melhor as práticas com as crianças.

Para que isso se torne realidade, temos que aprender a observá-las e a ouvi-las, pois, quando se expressam, querem sempre nos contar coisas e nos questionar.

Que mundo é este que nos recebe?  
Como são as pessoas? O que é a natureza?

Quem sou eu? E muito mais. Diante de toda essa curiosidade, dessa avidez pela descoberta, pela surpresa e pela alegria, as crianças abrem-se como pequenos “girassóis”, receptivas a tudo e a todos, buscando a riqueza da luz. Ao recebê-las, o que precisamos é redescobrir com elas o ser poético, a espontaneidade, a capacidade de filosofar sobre as coisas e reconhecer suas diferenças e peculiaridades.

Assim, elas nos sensibilizarão ao retorno à natureza, à alegria do jogo, do brincar e da poesia. Nós lhes daremos a certeza de que trabalharemos pela defesa de seus direitos.



Foto: Sebastião Barbosa

Por elas, abriremos o livro da história e das tradições. Partilharão conosco do mundo, serão também artífices da manifestação cultural e construtoras de sua própria história.

Com elas, construiremos um futuro mais feliz, porque através do deslumbramento de seu olhar reencontraremos a pureza de nossa alma e a certeza do profundo e transcendente milagre da vida.

Contamos com a parceria de todos nessa desafiadora aventura pelo espaço muito especial que envolve a criança que nos é confiada na maior parte de seu dia.



*Assim como nos jogos as regras definem os passos e os limites de cada participante, também no convívio social existe a força das leis para organizar as relações sociais, os direitos e os deveres de cada indivíduo.*



Foto: Sebastião Barbosa





## spectos Legais da Educação Infantil

Marise Campos

*Criança – prioridade absoluta – deve estar entre os primeiros cidadãos a serem atendidos. Por outro lado, devem estar entre as últimas a serem atingidas pelos erros e negligências dos adultos.*

### Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 1º – Todos os seres nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 26:

1 - Toda a pessoa tem direito à educação...

2 - Educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais...

### Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 20 de novembro de 1959

#### Vida

A criança deve ter condições para desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente, com liberdade e dignidade.

#### Individualidade

A criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade desde seu nascimento.

#### Saúde

A criança tem direito à alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados.

#### Proteção especial

A criança prejudicada física e mentalmente deve receber tratamento, educação e cuidados especiais. A criança deve crescer amparada por seus pais e sob sua responsabilidade, num ambiente de afeto e de segurança.

#### Educação

A criança tem direito à educação gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares.

#### Prioridade

A criança, em todas as circunstâncias, deve estar entre os primeiros a receber proteção e socorro.

#### Proteção

A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono e exploração. Não deverá trabalhar antes de uma idade adequada.

#### Igualdade

A criança deve ser protegida contra práticas de discriminação racial, religiosa ou de qualquer índole.

#### Liberdade

A criança deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade, fraternidade e paz entre os povos.



Diante da importância dessas declarações, que visam a garantir a preservação dos direitos da criança que vêm sendo conquistados ao longo dos tempos, vamos destacar algumas das conquistas já institucionalizadas.

O documento que deu legitimidade à Educação Infantil foi a **Constituição Federal**, reescrita e promulgada em 1988, a partir da qual começou a ser reconhecida como direito fundamental da criança e como dever do Estado, sendo definida no artigo 227:

*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.*

Em 1990, foi aprovado o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, que trouxe uma série de avanços esclarecendo sobre a qualidade e o tipo de tratamento que deve ser dado à infância e à adolescência.

Com o ECA, fica assegurado que todas as crianças e adolescentes têm direitos e deveres, os quais devem ser cumpridos e respeitados por força de lei.

Também ficou estabelecida a política de atendimento para todas as crianças do Brasil, e não somente às crianças carentes ou infratoras.

O Estatuto prevê a criação, em cada município do país, de um **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Infância e da Adolescência**, com o objetivo de definir a política municipal de atendimento e fiscalizar as entidades que a executam.

Para viabilizar o cumprimento do ECA, foram criados os **Conselhos Tutelares**, que são os órgãos responsáveis pelo atendimento dos casos em que ocorra a violação dos direitos da criança e do adolescente.

O **Conselho Tutelar** tem o poder de aplicar medidas e requisitar serviços públicos, como falta de vagas em creches e escolas infantis, entre outros, para que o poder público cumpra seu dever.

Ainda para fazer cumprir o que determina a lei, o **Ministério Público**, como entidade pública autônoma, pode ser acionado para defender o cidadão, o regime democrático e os interesses sociais. Ele faz a lei acontecer, a partir da figura do seu representante maior, que é o **Promotor da Infância e da Juventude**. Ele deve acompanhar todos os procedimentos que envolvam risco para a criança e o adolescente, por exemplo: destituição do pátrio poder, tutela, adoções, etc.





Foto: Sebastião Barbosa

O **Ministério Público** também acompanha as orientações dadas pelos governos, para o encaminhamento de crianças em situação de risco, e avalia o atendimento oferecido tanto nessas questões como nos problemas relativos à área de educação.

Desse modo, sua função é garantir todos esses direitos na sociedade, colaborando de maneira eficaz para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições de Educação Infantil.

Seguindo essa trajetória de avanços na Legislação, que garante os direitos das

crianças, destaca-se na área da educação a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira (LDB), promulgada em 1996, sob nº 9.394/96, no Artigo 29, que coloca a Educação Infantil em seu patamar de importância social. O atendimento de crianças de 0 a 6 anos passa a chamar-se Educação Infantil, constitui-se como a primeira etapa da Educação Básica e tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.



Assim, a creche e a pré-escola, que abrangem dois níveis, adquirem uma função de complementação junto à educação familiar, perdendo o caráter assistencial em substituição à família, como foi muitas vezes entendido.

Agora a creche, que abrange crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, que abriga crianças de 4 a 6 anos, devem desenvolver ações conjuntas com a família e a comunidade, em defesa da criança e de seu pleno desenvolvimento.

A Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação, de abril de 1999, institui os Princípios Norteadores da Educação Infantil para todo o território nacional. São eles:

– *Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.*

– *Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.*

– *Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade cultural.*

Para que essas finalidades sejam atingidas, a LDB também determina que as instituições de Educação Infantil deverão ter um plano pedagógico.

Para a elaboração desse plano pelos

educadores, é exigido que estes tenham, no mínimo, a formação em nível médio, na modalidade normal, com especialização em Educação Infantil e, sempre que possível, com formação superior.

Para os que já trabalham em creches e pré-escolas, deve ser oferecida a formação em serviço, a supervisão e a qualificação de todos os funcionários.

Os Conselhos Estaduais de Educação são os órgãos que definem as exigências e os critérios para a qualificação e para o exercício da função.

Fica determinado na LDB que, até o final da Década da Educação, em 2007, todos os educadores deverão estar habilitados na forma da lei.

A LDB também delibera quanto à criação do Conselho Municipal de Educação, determinando que todo município brasileiro tenha o seu conselho, cabendo a ele a responsabilidade do atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos.

Em síntese, os sistemas de ensino estão subordinados aos governos, ou seja, ao Poder Executivo, nos Estados e Municípios, e ao Presidente, no âmbito Federal, tendo todos eles responsabilidade com a educação.

No entanto, cabe ao Município

regulamentar a Educação Infantil quando tiver sistema de ensino próprio. Quando isso não contecer, a responsabilidade cabe ao Estado.

A União deverá participar oferecendo apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios.

Para viabilizar a Legislação da Educação Brasileira, o Governo Federal instituiu, em 9 de janeiro de 2001, o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, com validade para 10 anos.

Esta foi uma grande conquista social e, para que se tornasse efetivamente uma conquista, foram estabelecidos alguns padrões que garantam a qualidade no atendimento à criança.

Entre estes, destacamos a organização dos espaços, a seleção de equipamentos, materiais pedagógicos e condições de saneamento, etc. Há também o estabelecimento das diretrizes curriculares, a metodologia e a disponibilidade de professores e profissionais habilitados e preparados para assumir o atendimento de crianças.

Em 1995, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Fundamental, estabeleceu os critérios fundamentais para o atendimento em creches, prevendo que respeitem os direitos fundamentais das crianças. Foi uma iniciativa que enfatizou a importância

da Educação Infantil na defesa dos direitos das crianças, como vemos a seguir.

- *Nossas crianças têm direito à brincadeira.*
- *Nossas crianças têm direito à atenção individual.*
- *Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante.*
- *Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza.*
- *Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde.*
- *Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia.*
- *Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão.*
- *Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos.*
- *Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade.*
- *Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos.*
- *Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche.*
- *Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa.*

Para finalizar, ao tomarmos conhecimento de todo esse respaldo legal à Educação Infantil, podemos dizer que já existe um terreno firme a pisar, mas um caminho ainda longo a percorrer, para que a Educação Infantil torne-se, na prática, um ideal alcançado em todas as suas instâncias.



Diante disso, “fica decretado” que agora vale o esforço de todos, legisladores, educadores e sociedade civil organizada, trabalhando com entusiasmo em busca da plena realização profissional e da legítima felicidade para as crianças brasileiras.

*Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.*

*O Estatuto do Homem – Artigo I, Thiago de Mello*



Ilustração: Estúdio CRIANCAS CRIATIVAS / Gian Calvi

#### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Resolução 55/1995. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/1996.
- BRASIL. Resolução nº 1/1999. Conselho Nacional de Educação.
- BANDIOLI, Anna; MANTIOVANI, Susanna. *Manual de educação infantil da criança de 0 a 3 anos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FARIA, Ana Lucia Goulart; PALHARES, Marina Silveira. (Orgs.). *Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios*. São Paulo/Campinas: Editora da UFSCar, Editora Autores Associados, Faculdade de Educação da UNICAMP, 2000.
- HORN, Maria da Graça. *Sabores, cores, sons e aromas: o espaço de educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CARMO, Paulo Roberto do; FIGUEIREDO, Vilmar de Souza. *A revolução das aprendizagens*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.



## Atividades de Estudo e Aprofundamento

Maria Helena Lopes

**Após a Segunda Guerra Mundial, devido ao abandono de uma infinidade de crianças órfãs, inicia-se um movimento de defesa da idéia da criança como portadora de direitos.**

- Leia atentamente a Declaração dos Direitos da Criança e comente:
  - a atualidade dos Direitos da Criança declarados em 1959 e/ou a necessidade de acrescentar mais direitos à criança;
  - a realidade brasileira e a qualidade de vida das crianças no que diz respeito à saúde, à educação e à proteção. Faça uma pesquisa em jornais e revistas sobre a situação da infância em nosso país. Anexe as informações/os artigos ao trabalho para ilustrar os seus comentários.

- Entreviste a direção de um Centro Infantil buscando informações sobre a legitimidade e a aplicabilidade das leis que garantem à criança o direito à educação.

- Escreva com seus colegas uma carta ao Prefeito de seu município e às demais autoridades responsáveis pela infância, na área da educação, da saúde e da assistência social. Solicite informações sobre:

- a oferta de vagas em creches e escolas para crianças de 0 a 6 anos. Todas estão sendo atendidas? Como?
- os postos de saúde e a oferta de vacinas;
- a proteção às famílias e à maternidade;
- a implantação e o funcionamento do Conselho da Infância e da Adolescência e do Conselho Tutelar.

- Pesquise na Secretaria Municipal de Educação sobre a legislação municipal e estadual que orienta a prática pedagógica nos Centros Infantis do seu município.





Ilustração: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Gian Calvi



## Maus-tratos na Infância:

### Desamarrando as correntes da violência

Leoberto Narciso Brancher e

Taiana Brancher Coelho

Este texto foi elaborado por dois autores: Leoberto, que é Juiz da Infância e da Juventude, e Taiana, que é psicóloga, mestre em educação, que trabalhou com vítimas de violência doméstica em abrigos e no consultório. Propomos fazer desses minutos de leitura um bate-papo entre colegas. Para isso, vamos contar um pouco do que vimos no nosso trabalho e refletir sobre o que isso nos ensina.

A Justiça da Infância e da Juventude é uma espécie de pronto-socorro aonde chegam as crianças “acidentadas” pelos abusos. É como se fosse um “fim da linha”. São comuns os casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes, que contam e trazem no corpo as marcas de histórias arrepiantes, de uma crueldade incrível. Além de ajudar essas pequenas vítimas e lamentar

que esses fatos continuem acontecendo, consideramos importante fazer um alerta para quem, como você, está no “começo da linha” e pode ser um herói ou uma heroína da prevenção.

Na minha experiência como Juiz da Infância (Leoberto), o primeiro caso que julguei foi o de uma menina de 3 anos, morena, cabelos pretos, lisos, olhos

pretos saltando das órbitas... com um bracinho quebrado e o corpo todo queimado com pontas de cigarro. Depois houve duas meninas, de 4 e 6 anos, a quem um tio de 20 e poucos tentou, pasmem, estuprar. Imagine uma mãe drogadita, de 17 anos, que dava “cheirinho da loló” para o bebê de 6 meses parar de chorar... Ou uma menina de 9 anos usada, entre outras coisas, para

sessões grotescas de fotografias pornográficas. Ou uma garota de 15 anos que já se acostumara, desde os 11 anos, a ser “a mulher” do pai, o que parecia normal a todos na família... Um dos relatos mais chocantes, talvez, tenha sido o da mãe que contou que o filho nasceu com uma fratura no crânio, porque ela levava um chute na barriga durante a gestação.



Mas o pior é saber onde muitas dessas histórias vão terminar. Também fui juiz dos jovens presos na FEBEM, e muitas dessas histórias continuam até lá... Depois de muito sofrimento e maus-tratos enquanto pequenos, quando sentem a força no próprio corpo, grande parte deles não saberá agir diferente do que aprendeu. Esses jovens só sabem falar a linguagem da violência, única através da qual aprenderam a se comunicar. Parece haver uma corrente aprisionando-os: sofrem, fazem sofrer, sofrem, fazem sofrer... E toda a sociedade está aprisionada a essa corrente que, embora possa ser desamarrada pelo nosso cuidado e carinho quando as vítimas são pequenas, depois que suas conseqüências estão estruturadas, nenhum tropa de choque poderá arrebentar.

A corrente é mais ou menos assim: sem que percebamos, como violência gera violência, o ambiente de casa fica tão ruim que, tão logo ficam grandinhos o suficiente (isso varia de idade, os tamanhos você pode ver nas esquinas da sua cidade!), começam a ficar a maior parte do tempo nas ruas, local onde nasce a oportunidade para a drogadição e daí o crime (no caso dos meninos), assim como para a prostituição (no caso

das meninas).<sup>1</sup> E provavelmente tudo começou quando ainda estavam na creche!

A propósito: já lhe ocorreu perguntar a uma prostituta sobre sua iniciação sexual? A freqüência com que aparecerão casos de abuso seguidos de incompreensão e “expulsão” do lar é impressionante!

E onde os elos dessa corrente podem ser desamarrados, ou seja, essa cadeia de violência desarmada???

Certamente, é nos primeiros momentos em que os maus-tratos começam a acontecer. E um ambiente familiar violentador se revela muito cedo, desde que saibamos ler seus sinais. Por isso, salienta-se a importância do papel de quem cuida de crianças fora de casa. A maior parte das violências ocorrem dentro da própria família, mas a maior parte do tempo as crianças estão nas creches. Isso nos deixa esperançosos de poder fazer algo para diminuir esse quadro tão dramático.

Observando melhor esses sinais, os especialistas ensinam que os maus-tratos podem ser de diversos tipos, comumente organizados em quatro tipos. Estamos acostumados com os mais aparentes,

---

<sup>1</sup> Enquanto os meninos maltratados acabam no crime, a maior parte das meninas vai para a prostituição (a média de meninas presas pela prática de crimes no Rio Grande do Sul aponta isso: cerca de 95% são rapazes, ao passo que apenas 5% são meninas). Ou arranjam algum tipo de sobrevivência em que o corpo é a “moeda de troca”, por exemplo, aos 13 anos “casam” com companheiros mais velhos.

aqueles que deixam marcas visíveis no corpo: os **maus-tratos físicos**<sup>2</sup> e certos casos de **abusos sexuais**<sup>3</sup>. Contudo, existem outros tipos de violência, mais disfarçados, que também entram nessa categoria. Até os abusos sexuais podem ocorrer sem deixar seqüelas físicas, o que não diminui a perversidade e a gravidade das marcas psicológicas de um abuso que ocorre, muitas vezes, de maneira inocentemente consentida, quando a criança é objeto de carícias ou até de um olhar obsceno, servindo para a satisfação sexual do adulto. Às vezes, assumem formas tão disfarçadas que nem sequer notamos. Há também os casos de abusos e **maus-tratos psicológicos**<sup>4</sup>. Estes, se não marcam o corpo, marcam fundo na alma, e essas marcas não são menos danosas, pois as experiências da infância, especialmente a relação com os cuidadores mais próximos, é que formarão a pessoa. Os maus-tratos psicológicos podem vir na forma de humilhações ou discriminações, de um jeito de falar com a criança

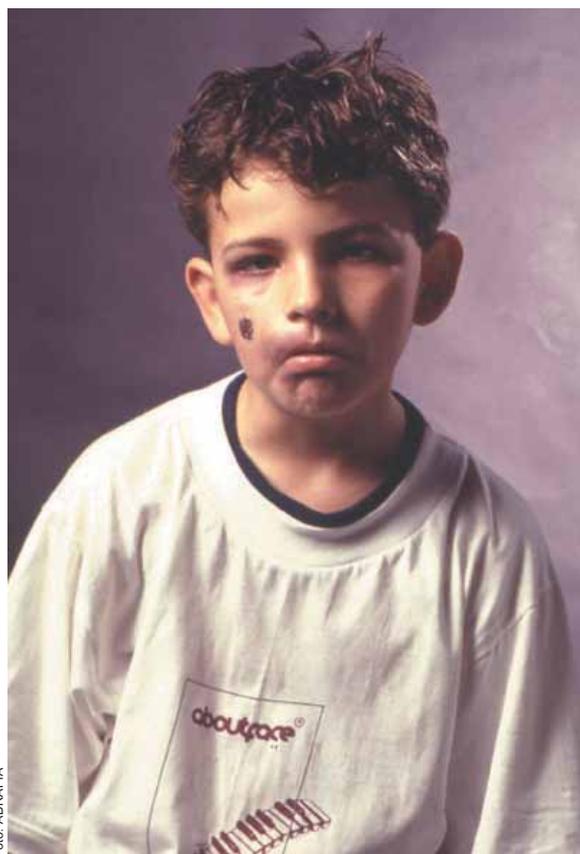


Foto: ABRÁPIA

que a desqualifica, provocando-lhe sofrimento: “Saí daí, seu bosta”, ou “Não disse que você é burro?”. As crianças buscarão ser aquilo que lhes disseram que eram: se forem chamadas de nomes pejorativos, acreditarão nisso.

<sup>2</sup> Segundo estudos do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), coordenados pela Dra. Maria Amélia de Azevedo, na USP, a **violência física doméstica** implica o emprego de força física no processo disciplinar de uma criança ou adolescente, também entendida como qualquer ato disciplinar que atinja o corpo de uma criança.

<sup>3</sup> Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Projeto a Infância e Adolescência (ABRÁPIA), a **violência sexual** implica o abuso de poder no qual a criança ou o adolescente são utilizados para gratificação sexual de um adulto, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais com ou sem violência física.

<sup>4</sup> Segundo o LACRI, a **violência psicológica** pode dar-se em forma de ameaças de abandono, depreciação e bloqueio dos esforços infantis de auto-aceitação, causando grande sofrimento mental à criança.



A **negligência**<sup>5</sup> consiste em não proporcionar à criança aquilo de que ela precisa para crescer saudável, ou seja, carinho e atenção, alimentos, cuidados com a higiene, cuidados médicos preventivos (como as vacinas), acompanhamento pré-natal, idas ao posto de saúde e ao dentista. Quem trabalha com educação infantil sabe o quanto as creches podem perceber a criança abandonada, suja, com piolhos, os bebês com graves assaduras, ou com feridas e problemas de pele ocasionados pela falta de cuidados básicos.

Muitas vezes, isso acontece pela desinformação, pela pobreza, mas sabemos de casos em que se acentua pelo descaso, ou até por maldade e perversão. É muito importante chamar as famílias para a escola, conhecer sua realidade, onde vivem, quais as condições psicológicas que possuem para exercer uma maternidade e uma paternidade responsáveis, e começar a pensar junto com professores, auxiliares, técnicos e direção em educação para as famílias, em prevenção. As mães precisam saber de seus direitos trabalhistas, o que lhes permite faltar ao serviço para cuidar do filho doente, por exemplo. Há mães que maltratam os filhos porque já incorporaram desvios de caráter – talvez até por sofrimentos vividos na infância – e há mães que viveram um momento de

desespero, mas que querem e podem fazer diferente, se puderem ser ajudadas, se encontrarem na escola também apoio, e não um lugar em que só são chamadas para ouvir com palavras mais refinadas que “seu filho não presta”.

Nem sempre vamos enxergar as coisas tão claras, como um pai bolinando os mamilos da filha, ou mesmo, o que é mais comum, uma mãe “descascando o cabo da vassoura” num bebezinho. Esses fatos costumam acontecer entre quatro paredes. E depois as crianças escondem. Elas sabem que há algo errado, ou estão ameaçadas pelos mais velhos, ou têm medo de que a notícia se espalhe e se protegem não contando. Às vezes, elas não entendem direito o que está acontecendo, são seduzidas e pensam estar agindo “porque também querem” e apenas mais tarde, na pré-adolescência, vai ocorrer o trauma, o susto, o desespero de uma experiência abusiva na infância, que se define exatamente porque as partes envolvidas não têm a mesma condição para compreender o que está acontecendo, mesmo que aparentemente tenha havido um “acordo”.

Atendi (Taiana) uma garota abusada pelo padrasto e pelo irmão mais velho, do que resultou uma gravidez aos 12 anos, sendo que ela nem se percebia

<sup>5</sup> Segundo o LACRI, a **negligência** é a omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente, constituindo-se numa falha que não é o resultado das condições de vida além do controle dos adultos responsáveis.



grávida, pois não sabia de onde vi-  
nham os bebês. Já adolescente, tentou  
suicídio diversas vezes, em meio a  
crises depressivas gravíssimas, sem ter  
o apoio da mãe, tentando encontrar  
referências afetivas nos abrigos<sup>6</sup>, bus-  
cando ao longo dos anos encontrar  
motivos para viver, com o peso de um  
sentimento de culpa insuportável.

Muitas vezes, pode existir uma  
relação de cumplicidade entre a pessoa  
que maltrata e a pessoa que sofre. O  
abusador parece tão poderoso para a  
vítima, que ela passa a vê-lo como al-  
guém que poderia até fazer muito mais  
maldades consigo, e só não faz porque  
– acredite! – é bonzinho! Ou seja, ela  
não admite uma realidade dolorosa  
demais, pois seria insuportável.

Veja o que disse para o juiz uma  
adolescente que era forçada a manter  
relações sexuais com o seu pai: *“...Eu me  
espremia e chorava, mas ele nunca deu  
bola pra isso. Daí teve um dia que ele  
me forçou a abrir as pernas, sabe, aí eu  
comecei a chorar, daí ele pegou e parou  
e me xingou, assim, sabe... quando ele  
fica irritado comigo, mas não me bateu,  
porque ele não queria fazer isso, né? Aí,  
aí ia ser malvado demais...”*

Por meio desse relato, diante de tanta

maldade já cometida, podemos imaginar  
o esforço que a menina estava fazendo  
para não desmoronar como pessoa! Sim,  
porque reconhecer que o próprio pai  
seria tão mau a ponto de ainda bater na  
menina seria difícil demais para ela! Esse  
exemplo pode parecer distante do que  
ocorre com crianças pequenas, mas  
infelizmente os maus-tratos, ainda que  
enquadrados nas outras modalidades,  
também ocorrem com elas.

Existe um tipo de violência física que  
pode acarretar graves conseqüências no  
desenvolvimento neurológico (lesões  
cerebrais, cegueira, atraso no  
desenvolvimento e até a morte)  
provocadas por violentas sacudidas na  
criança, geralmente em bebês numa  
crise de choro incontrolável<sup>7</sup>. Em bebês,



Ilustração: criança do abrigo Maria Goretti / Colômbia

<sup>6</sup> Medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 101).

<sup>7</sup> Violência conhecida como **Síndrome do Bebê Sacudido**.



as manchas nos bracinhos (marcas de dedos) e no tórax, além de outros machucados (como, por exemplo, nos lábios), podem ser evidências de maus-tratos. E o que é pior: quanto menores, menos condições terão de se proteger, de se defender, de pedir ajuda. Muitas vezes, nem sequer entendem que a vida não foi feita para serem maltratados.

Por isso, é importante aprendermos a lidar com essas situações difíceis com serenidade e autoconfiança. Naturalidade e compreensão é tudo de que a criança precisa para ficar à vontade com você e expressar, pelas mais variadas formas de linguagem, o que está acontecendo com ela.

É como se você estivesse num jogo em que somente pudesse se comunicar com sinais. As coisas provavelmente nunca serão ditas claramente, como numa conversa entre adultos maduros e responsáveis. Tudo dependerá muito da sua sensibilidade, do seu jeito para ser meio “detetive” e da sua capacidade de entender os sinais que a criança transmitirá. Especialmente quanto aos maus-tratos que não deixam marcas físicas, é difícil falar em sintomas típicos, mas quando há problemas com uma criança... sinal amarelo: pare e ouça, antes de prosseguir. Estabeleça um vínculo com ela, converse com a família. Quem é este pequeno? Como vive? O que faz quando não está na escola? Por quem é cuidado? Ele brinca com outras crianças? Ele “se machuca” com muita

freqüência? Ele aprende? Ele confia nas pessoas? Ele está apático ou agitado demais? Enfim, pode haver sinais de que algo não vai bem, e isso pode indicar vários tipos de dificuldades e conflitos intrafamiliares, entre eles a possibilidade de maus-tratos.

Primeiro, você precisa saber que essas situações não acontecem somente com os outros e que agora mesmo pode e provavelmente está acontecendo muito perto de você. Até mesmo é possível estar acontecendo com as crianças que você ajuda a cuidar. Sem isso, talvez você possa nem acreditar que está diante de um sinal ou de um pedido de ajuda.

Segundo, você precisa prestar muita atenção nos comportamentos, nos gestos, nas brincadeiras de cada criança. Sempre que a criança está sofrendo alguma forma de maus-tratos, ela apresenta diferenças nos comportamentos. É provável que fique mais briguenta ou “assanhada”, talvez tentando fazer com outras crianças aquilo que estão fazendo com ela... Mas não se confunda, pois uma certa dose de agressividade ou até de comportamentos sexualizados não são anormais na infância e, por isso, você não precisa ver fantasmas por toda parte! O importante é, a qualquer suspeita, procurar ajuda.

Principalmente nos casos de maus-tratos psicológicos ou negligência, você precisará ser ainda mais esperto ou

esperta. É que essas situações tornam a criança mais passiva, mais discreta, mais escondida. Talvez ela não se mostre capaz de acompanhar a turma nas atividades, ou pareça entristecida, ou atrasada. Isso também pode indicar que ela não está sendo bem cuidada, ou que está sendo sujeita a exigências desproporcionais à sua idade.

Então, qual seria o limite entre os maus-tratos e as atitudes normais?

Sim, esse limite, muitas vezes, é bastante

sutil. Nem sempre ele está na ciência, mas na cultura. Quer dizer, mesmo que os pediatras e psicólogos digam uma coisa, e que a lei diga isso também, as opiniões se dividem no dia-a-dia: muitos concordariam que uma palmadinha na hora certa, sem machucar, é um “santo remédio”... E outros se arrependem de não ter prendido mais em casa, até mesmo dando uns tapas se necessário, quando depois, adolescente, a filha apareceu grávida ou o filho apareceu viciado... É a questão do limite que tanta angústia provoca naqueles que têm a tarefa



Foto: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Gian Calvi



de educar. Como já dizia Freud, não há uma fórmula pronta; educar é sobretudo uma questão de bom senso, de descobrir o ponto ótimo entre a não-interferência e a frustração.

Sim, um abuso sexual todo mundo saberia reconhecer... Mas e um caso de negligência? O que dizer de um pai esforçado, que sai de casa ao amanhecer para trabalhar em obra, enquanto a mãe também sai para o seu emprego de doméstica ainda cedinho, e deixa a menina de 8 anos cuidando dos outros quatro irmãos que tem 10 meses, 4, 5 e 7 anos??? Será que isso é negligência ou necessidade, maus-tratos ou injustiça social?

Podemos discutir quem é negligente nesse caso e até mesmo culpar o governo pela falta de empregos, de creches, enfim, de tudo o que a criança precisa para crescer.

Pois bem: saiba que é aqui que começa a mudar a história. Aqui e agora, o que a criança precisa para crescer é de você. Do seu carinho, do seu afeto, da sua atenção, do seu cuidado. Você não precisa ter diploma de assistente social para ser interessada em ajudar as famílias, nem ter diploma de advogado para saber quando acontece uma injustiça. O seu bom senso é portador de uma sabedoria interna que lhe ensina o

que é certo e o que é errado. Por isso, primeiro, tenha olhos abertos para ler os sinais. Segundo, confie em você e em sua intuição. Lembre-se da sabedoria popular: “onde há fumaça há fogo”. Desconfie e vá atrás de informações. Converse com outros colegas, observem juntos mais atentamente o comportamento da criança, procurem ajuda, interessem-se em saber o que está acontecendo com a sua família.

E, quando você identificar um caso de maus-tratos, lembre-se de que você é um herói de outros tempos, que não vai sair prendendo e arrebatando (até para não se arrebatando junto!). Em tempos de cultura de paz, é preciso evitar que nossa intervenção técnica reproduza novas violências. Há uma frase que diz “não corte o que pode ser desamarrado”. É mais ou menos isso. Queremos desamarrar as tramas da violência e, para isso, não podemos ser novamente violentos, arrebatando-a! Por isso, é preciso muita sabedoria. É preciso refletir coletivamente, ouvir atentamente todas as pessoas que poderão ajudar ou aconselhar, quando possível ouvir os próprios envolvidos, medir cautelosamente o impacto e os desdobramentos da intervenção e, enfim, não esquecer que, mesmo os mais odiosos abusadores, terão em seus corações motivos insuspeitados para estarem agindo assim. Se eles puderem ser ajudados a compreender isso, talvez possam curar-se de si próprios, o que será

sempre mais proveitoso para a criança.

Você também tem de saber que não estará só nessa empreitada e não precisa ter medo de tomar a iniciativa.

Assim como é importante reconhecer os sinais dos maus-tratos, já que eles podem revelar uma história não contada, também é importantíssimo compreender onde você estará se movendo: para escolher qualquer caminho que não percorreu antes, você precisa de um mapa!

Um mapa traz os desenhos das estradas, das encruzilhadas, marca os lugares onde você pode ou não pode dobrar, os

lugares onde você pode parar para descansar, para abastecer, para pedir ajuda, ou para olhar a paisagem!

E que mapa seria esse? Ele está escrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e todas as pessoas que trabalham com crianças precisarão aprender a entender essa lei que mostra os caminhos para proteger e educar as crianças.

Mas, além de um mapa, você precisa de uma bússola. E essa bússola está dentro de você: é o amor. O mais importante de tudo é não esquecer que é preciso ser amado para aprender a amar. E que os valores sempre são impregnados de emoções e, sejam eles nascidos no amor ou na raiva, se transmitem de geração para geração. Ou, como diz a campanha da TV, “o amor é a maior herança, cuide das crianças”!

#### Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Maria Amélia. *Estudos do Laboratório da Criança (LACRI) na USP*. São Paulo, s.d.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Resolução nº 55/1995. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

FREUD, S. *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1932). Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980. p. 182.

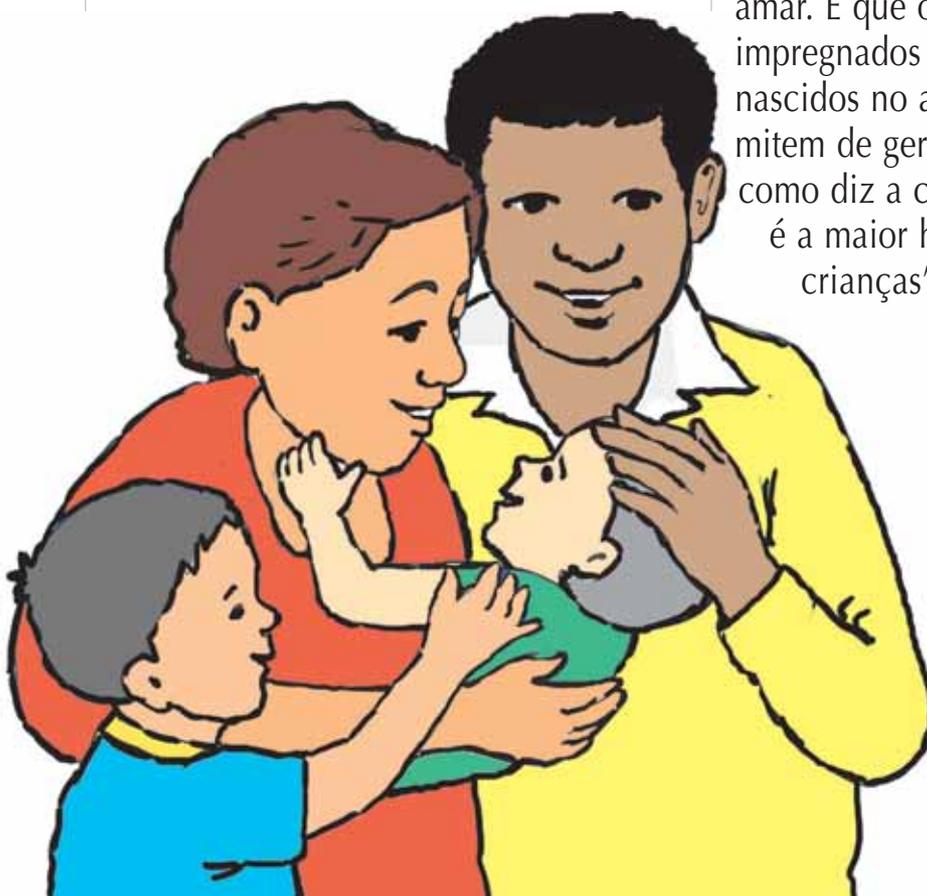




Foto: Sebastião Barbosa



## Atividades de Estudo e Aprofundamento

Maria Helena Lopes

...Havia também as dores, maldades dos adultos: beliscões, palmadas, croques... Croque é assim: você fecha a mão e bate com a articulação pontuda e dura do pai-de-todos na cabeça da criança. Cora Coralina foi uma mulher que viveu em Goiás. Ela viveu a vida inteira vida comum de mulher, fazendo o que faziam as mulheres do interior naqueles tempos quando não havia nem televisão nem eletrodomésticos, máquinas que, segundo Mário Quintana, foram criadas por causa da preguiça... Quem tem máquina não precisa fazer... Pois assim viveu Cora Coralina, sem tempo para a preguiça, cuidando da casa, varrendo, cozinhando, costurando, pregando botões, fazendo pães, roscas e doces, cerzindo meias... Cerzindo meias! Ah! Vocês não sabem o que é isso! As meias, com o uso, ficavam esburacadas. Hoje meia esburacada é jogada fora. Nem mendigo aceita... Naqueles tempos não se jogava nada fora. O dinheiro era pouco. À noite, sem rádio ou televisão, as famílias se reuniam na sala para contar casos. As mães, então, pegavam suas cestinhas de cerzir onde havia meias furadas, agulhas, linhas de várias cores e um ovo de madeira! Para que o ovo de madeira? Enfiava-se o ovo de madeira dentro da meia até o lugar do furo, a

meia ficava esticada, e a mãe então tecia sobre o buraco, para que a meia continuasse a ser usada... Isso até as nove horas, quando todo mundo ia para a cama... Pois quando Cora Coralina ficou velha aconteceu com ela o que acontece com a pipoca. Pipoca é milho duro, muito duro, não dá para mastigar. Mas, de repente, na gordura fervente, ele dá um estouro e vira uma coisa completamente diferente, branca, macia, delícia de ser comida com sal. Pois Cora Coralina, depois de velha, de repente, deu um estouro, e a mulher comum virou poeta. Escreveu poemas lindos, falando como era a vida. E ela conta que, naqueles tempos, os grandes se valiam do seu tamanho e da sua idade para maltratar as crianças, com a desculpa de que era necessário para lhes dar boas maneiras. Tive sorte. Meu pai e minha mãe – seus bisavós – nunca me bateram. Mas havia pais e mães cujo prazer era fazer os filhos sofrer: davam-lhes surras com chinelos, cintas de couro e varas. Ainda hoje há muitos que fazem coisas assim com seus filhos. São pessoas doentes que nunca deveriam ter tido filhos.

Rubem Alves – Quando eu era menino

Existem quatro tipos de violência contra a criança:

- violência física;
- violência sexual;
- violência psicológica;
- negligência.



- Faça uma análise comparativa do texto acima com a violência sofrida pelas crianças nos dias atuais.
- Descreva cada uma das violências a partir da leitura e da interpretação do texto.
- Faça uma análise comparativa do texto acima com a violência sofrida pelas crianças nos dias atuais.

*A discussão de uma proposta de atuação em relação aos maus-tratos é uma tarefa emergente.*

*O contrário seria aceitar, sob inúmeras “desculpas”, a indiferença a esse problema que vitimiza silenciosamente milhares de crianças e adolescentes.*

- Você conhece o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Assistência Social de seu Município?

- Programe com seus colegas entrevistas com os membros desses conselhos. Pergunte sobre a violência física, sexual, psicológica, a negligência e o abandono. Pergunte também quais têm sido os caminhos e as alternativas de solução que os Conselhos têm encontrado para ajudar as crianças. Registre suas observações e reflexões sobre a violência infantil.



## olítica Social da Infância

Pedro Demo

*Das Prisões e das Igrejas  
Esses meninos, de abrigos rotos,  
De pés descalços, não sabem não?  
Que os homens correm  
E o mundo é louco, e o tempo é pouco  
pra compaixão.*

*Esses meninos tão sem destino  
Sem pai, sem mãe, sem deus, sem voz  
Abandonados e deserdados  
São brasileiros iguais a nós*

*José Atanásio Borges Pinto e Dorotéo Fagundes*

Entendo que “política social da infância” significa o cuidado que a sociedade precisa ter com o direito da infância de desenvolvimento integral e integrado. É composta de todas as políticas que dizem respeito ao desenvolvimento interdisciplinar e complexo da criança, conjugando adequadamente todas as necessidades materiais e imateriais. A LDB consagrou a nomenclatura da “educação infantil”, mas não poderia reduzir-se à pedagogia, tomando-se aí o conceito de educação como preparação ampla para a vida. Por isso, também é preciso entender conceitos mais ligados à educação, como aprendizagem, conhecimento, currículo, etc., como acenos mais abrangentes, incluindo cuidados físicos



Foto: Sebastião Barbosa



com o crescimento, a alimentação, a integridade corporal, ao lado da formação do sujeito capaz de história própria, com algum destaque para a ludicidade e outras formas de expressão próprias da criança. A importância da política social da infância está, em primeiro lugar, em seu caráter preventivo, já que a qualidade da vida infantil condiciona fortemente o desenvolvimento posterior.

Nada é mais trágico para o ser humano do que nascer mal, crescer mal, não ter amparo nos primeiros anos de vida, entrar na sociedade como excluído. Nesse sentido, nenhuma política social é mais “investimento” do que essa, porque cuida-se que a população tenha, desde o início na infância, as melhores condições para que seja capaz, não só de produzir, mas principalmente de realizar-se como pessoa humana. Infância mal vivida detona o futuro da criança em todas as direções, pois compromete sua saúde, seu aproveitamento escolar, sua preparação para a vida e para o trabalho, seu exercício profissional e sua longevidade, enfim, a qualidade de vida como tal. A noção de “qualidade de vida” só faz sentido se plantada acuradamente sobre a qualidade da infância.

*Qual será a sorte, qual será o norte  
Desses meninos pré-marginais  
Que às vezes dormem numa cadeia  
E outras na escada das catedrais.*

*Esses meninos, ao pé da escada  
Ouvindo sinos a badalar*

*Vivem sozinhos seus descaminhos  
Que ninguém sabe onde vão chegar*

*Esses meninos, de abrigos rotos,  
De pés descalços, não sabem não  
Que os homens correm  
E o mundo é louco, e o tempo é  
pouco pra compaixão.*

Em segundo lugar, a política social da infância transmite, de imediato, seu cunho interdisciplinar e complexo, afastando abordagens setorialistas parciais que, pelo menos em parte, foram já vituperadas na LDB com a designação de “educação infantil”, visando em particular a superar a distinção entre creche e pré-escola. Por certo, isso é mais fácil de enunciar do que de realizar, a começar pela dificuldade de burilar o perfil do profissional de uma área tão abrangente e exigente. Na verdade, não se pensa num profissional único, embora a designação oficial tenda a privilegiar um profissional que poderia ter o nome de “educador infantil”, mas que precisa estar rodeado de muitos outros voltados para outras necessidades fundamentais do desenvolvimento da criança. Assim colocadas as coisas, essa perspectiva poderia justificar o noção de “educação infantil”, porque permite, talvez mais que outras, compor a orquestra de cuidados que perfazem os direitos da criança. De todos os modos, pesa sobre esse profissional expectativa enorme, não só por sua



relativa novidade, mas principalmente pela exigência de qualidade acadêmica. Já é comum o apelo interdisciplinar no espaço acadêmico, porque reconhecemos que as distinções de cursos específicos (e seus “departamentos”) são fantasias burocráticas, são especificações da realidade que nunca se deixa aprisionar por categorias apenas lógicas ou funcionais. Sendo a criança fenômeno de transbordante complexidade, seu tratamento precisa respeitar essa condição, evitando os reducionismos clássicos de políticas sociais setorialistas.

Em terceiro lugar, a política social da infância corresponderia à noção fundamental da única “prioridade

absoluta” da Constituição (art. 227), cujo texto arrola os direitos da criança e do adolescente, ainda que sem atribuir fontes confiáveis de investimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é resultado dessa legislação constitucional, mas, no mesmo eco, não conseguiu emplacar fundo específico (ficou voluntário), de recursos financeiros, o que tem dificultado, por exemplo, a inclusão da Educação Infantil em esquemas de financiamento vinculado. Aqui está uma das batalhas mais incisivas: inventar “orçamento próprio” para a causa da infância. Enquanto isso não for resolvido a contento, as perspectivas continuarão líricas, à mercê da boa vontade dos interessados ou dos necessi-



Foto: Sebastião Barbosa



tados. Essa situação mostra claramente que, apesar do belo texto constitucional, não passou do “texto”, já que a importância atribuída a qualquer política se mede diretamente pelos recursos de que dispõe. Educação infantil não passa ainda de promessa vazia no governo federal.

*Pelas favelas, pelas calçadas  
Pelas escadas, esses meninos  
São nazarenos de um tempo novo  
Levando as cruzes dos seus destinos*

*E passam homens fingindo pressa  
Desviando os olhos para não ver  
Que esses meninos pelos degraus  
São mundos maus a acontecer*

Em quarto lugar, a política social da infância resgata, desde que tenha qualidade satisfatória, ponto de honra de qualquer sociedade, se levarmos em conta que a dignidade de toda sociedade se visualiza, acima de tudo, em como trata suas crianças. A sociedade precisa cuidar de todos os cidadãos, mas as crianças designam irreversivelmente o futuro da sociedade. Não pode haver imagem mais pejorativa do que “criança de/na rua”, submetida às sevícias de um sistema predador que devora, nos alvares da existência, toda chance de futuro. Diz-se que a dignidade da sociedade se mede em como trata suas crianças, seus deficientes e idosos, três categorias que pleiteiam imenso cuidado coletivo. Contudo, parece nítido que as crianças são a referência mais sensível, porque as

outras categorias já possuem seu destino mais ou menos traçado, enquanto as crianças estão à mercê dos outros em todos os sentidos. Eis aí “buraco negro” de nossa história de 500 anos.

Problema crônico no Estado brasileiro é a tendência setorialista, além de assistencialista, em particular nas políticas sociais. A idéia recente de ajuntar num lugar só as políticas assistenciais, dando origem à noção de “bolsa-família”, revela essa lógica importante de compor esforços e recursos para atender a pessoa ou a família como um todo, e não como pedaços ao léu.

O assistencialismo é praga que reserva restos para uma população que é resto, acenando agora com a exploração do voluntariado, como se o confronto com tamanha desigualdade social pudesse ser resolvido na esfera do voluntariado. “Coisa pobre para o pobre” é o que temos feito classicamente, seja alegando que não há recursos para todos, ou bastando-se como projetos-piloto que não passam de piloto, ou ativando e desativando programas, ou por conta da subserviência proverbial da política social aos desígnios da economia. Ainda temos em mente o tempo da “creche domiciliar”, que, embora podendo acolher cá e lá formidáveis boas intenções, não deixava de esconder a manobra tendencial da coisa pobre para o pobre. O setorialismo frutifica principalmente no escamoteamento da referência econômica para a política social: dividindo-se a políti-



ca social em quinquilharias, pode-se gastar menos, além de consagrar a subserviência da política social ao mercado. Por exemplo, é absolutamente inaceitável que o ECA tenha formulado um tipo de política social apenas social (mescla de assistência, educação e cultura), deixando de lado o compromisso da esfera econômica, do que redundou a inexistência de fundo próprio de recursos financeiros. É impraticável abordar adequadamente questão tão emaranhada e comprometedora, interdisciplinar e complexa, apenas com textos bem declamados. Pode-se aceitar que o ECA representa avanço na legislação, mas é tendencialmente apenas avanço verbal.

*Esses meninos tão sem destino  
Sem pai, sem mãe, sem Deus,  
sem voz*

*Abandonados e deserdados  
São rio-grandenses iguais a nós*

*Qual será a sorte, qual será o norte  
Desses meninos pré-marginais  
Que às vezes dormem numa cadeia  
E outras na escada das catedrais*

A infância possui, em termos de cidadania, característica muito própria, porque ainda não tem voz própria. Quis a biologia da vida que todos nascêssemos desamparados por completo. Sem o auxílio de outrem, não temos como sobreviver.



Foto: Sebastião Barbosa



A cidadania da criança será conquista do adulto, algo que se poderia esperar em qualquer sociedade democrática, mas que pode esconder sempre algum presente de grego, já que é o adulto quem fala, não a criança. Essa cautela, porém, serve apenas para questionar o risco possível, sem inviabilizar iniciativas como de entidades da sociedade (ao estilo da OMEP), que assumem a causa da criança. Afinal, o fato de que os pais falem por seus filhos não precisa significar sistemática traição dos filhos pelos pais. Entretanto, o horizonte da cidadania precisa ser tecido em duas faces. De um lado, está o lugar do Estado, imprescindível para políticas sociais de cariz universal, entre as quais deveria estar a política da infância, não cabendo qualquer expectativa de substituição do papel público estatal. De outro lado, está a sociedade organizada, que se organiza não para diminuir, desfazer ou substituir o Estado, mas para o qualificar. O papel de instituições como a OMEP é não apenas oferecer programas, mas principalmente exercer controle democrático sobre o Estado, para que este assuma seus compromissos constitucionais com a devida qualidade. Nesse contexto, o voluntariado é figura fundamental, porque representa a consciência crítica organizada em prol do bem comum.

É possível falar de “responsabilidade social” das empresas, mas com extremo cuidado, para que não se coloque a raposa para cuidar do galinheiro. As

empresas estão, acima de tudo, comprometidas com o mercado e os lucros crescentes, não com os direitos de cidadania da população. A própria falta de mais de 10 milhões de empregos no Brasil revela cruamente que a responsabilidade social das empresas é ainda pequena. Há empresários comprometidos, é claro, mas não será a regra, porque exercem sua liderança empresarial em outro espaço, marcado pela concorrência e pela produtividade. Emprego é apenas subproduto, dispensável sempre que possível. Mesmo assim, há manifestações importantes no sentido de erradicar o trabalho infantil, coibir a exploração sexual de crianças, manter creches e instituições similares, etc. Tudo isso, todavia, não pode obscurecer a necessidade de compor uma política social da infância pública e universal, algo que só pode ser bem manejado na esfera do Estado. Menos que reclamar do Estado, que tem sido tipicamente “coisa pobre para o pobre”, é preciso organizar-se para impor-lhe o devido controle democrático. A qualidade da política social é diretamente proporcional à cidadania da respectiva sociedade.

#### **Referências Bibliográficas**

DEMO, Pedro. *Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. São Paulo: Papyrus, 1994.



## Atividades de Estudo e Aprofundamento

Maria Helena Lopes

*“O crime só saiu de mim quando fui tratado com carinho.”*

Ex-interno da FEBEM

As crianças, nos dias atuais, têm seu tempo de infância encurtado. Nas classes abastadas, são freqüentemente assoberbadas com tarefas e compromissos, com aulas de esportes, outros idiomas, etc. As mais pobres ficam aos cuidados dos irmãos mais velhos, de vizinhos ou abandonadas a sua própria sorte. Muitos pais, por motivos econômicos ou de desajuste emocional, não conseguem cuidar dos filhos. Vítimas também de uma sociedade desajustada, muitas crianças caem no mundo sem condições de enfrentar a vida, pois ainda são dependentes, carecem de afeto e conhecimento dos fatos. Outras, vítimas de maus-tratos, fogem de seus lares em busca de liberdade e paz.

- Você já conversou com um menino ou menina de rua? Como foi a conversa? Tente dizer a uma dessas crianças que seus olhos são lindos! Relate uma conversa.

*“O número de meninas trabalhadoras é menor do que o de meninos. Este fato não significa que elas trabalhem menos. A dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, sem escola, atinge quase dois milhões de crianças e adolescentes entre dez e dezessete anos. Temos um enorme contingente de crianças e adolescentes, principalmente meninas, que cuidam da casa e dos irmãos para que os pais possam trabalhar. O trabalho dessas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção das famílias, já que representa a única opção de cuidado para com os filhos pequenos. Quando a mulher é chefe de família, sem a presença do companheiro, não há alternativa: ou os filhos trabalham para sustentar a mãe e os irmãos menores ou um dos filhos, às vezes uma menina, com pouco mais de cinco anos, ocupa o papel da mãe em casa. É um tipo de trabalho que exige dedicação integral, o que impede a ida à escola, devido à longa ausência da mãe, presa à jornada de trabalho e às horas passadas no transporte coletivo. Há inúmeros casos como o de Lucilei, treze anos, que cuida de seus três irmãos menores para que sua mãe possa trabalhar, o dia inteiro, numa firma de limpeza. Acorda todos os dias às seis horas, faz o serviço da casa e só sai no final da tarde para ir à igreja. Não quer ter filhos porque já tem muita criança para cuidar. Flávia, oito anos, cuida de sua irmã, de um ano. Prepara a mamadeira, dá banho, põe o bebê para dormir. E ainda cuida da casa: limpa, lava, passa... O que ela gosta mesmo é de brincar com sua boneca, ‘porque ela não faz nem xixi nem cocô quando eu dou mamadeira’”.*

Irmã Rizzini – Pequenos Trabalhadores do Brasil. In DEL PRIORI, Mary. Histórias das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.



- O que você sabe sobre a exploração da mão-de-obra infantil? Frequentemente os meios de comunicação fazem denúncias. Pesquise e anexe artigos e notícias de jornais e revistas ao seu trabalho.
- Na sua opinião, o que é política social da infância?



Foto: Dick Welton



## iscriminações, Preconceitos e Etnias

Marise Campos

*“Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra.”*

Darcy Ribeiro – O Povo Brasileiro

Tudo no planeta Terra faz parte de uma grande rede. Estamos todos interligados, já que somos também natureza e fazemos parte da raça humana.

Seria bom que, ao fecharmos os olhos, percebêssemos o planeta como uma imensa bola azul, que flutua no espaço. Sentirmos nossa pequenez, mas ao mesmo tempo nos vemos como seres habitantes de um espaço imenso.

Saber quem somos, onde estamos e por que aqui estamos. Essa experiência nos conduz à certeza de pertencimento. Podemos perceber que estamos com os pés num planeta, que ele gira no espaço que é imenso, que há oceanos, florestas, animais, cidades, prédios,

carros e muita gente diferente.

Descobrimos que não estamos somente sujeitos à Lei da Gravidade, mas que há uma perfeita sinergia que fortalece o sentido de pertencimento. Pertencemos à raça humana, que habita o planeta. Esta poderia ser a primeira sensação de identidade – a partir daí, seria mais fácil perceber que somos uma unidade na diversidade que compõe a vida na Terra.

Agora temos a certeza interna, não porque alguém nos ensinou, mas porque pudemos perceber isso e nos tornamos mais conscientes. Somos interdependentes. Influenciamos e somos influenciados por toda essa dinâmica, que nos capacita



Foto: Sebastião Barbosa





Foto: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Gian Calvi

A partir dessa visão, poderemos começar a mudar muitas coisas, pois fazemos parte da raça humana, como ela se apresenta: um conjunto de diferenças, de religiões, de culturas, de etnias, de conhecimentos, de capacidades e de diferentes ritmos de aprendizagem.

para uma ação mais responsável e solidária. Desse modo, todas as nossas decisões, ações ou omissões têm consequências. Por isso, temos o compromisso de respeitar a vida, a individualidade e a diversidade. Incluir a todos, com suas diferenças e suas tonalidades culturais, para que nossa consciência se estabeleça de modo a conviver em harmonia com nossos semelhantes.

Todos somos autores e atores da vida e sozinhos nada fazemos. É nessa diferença que aprendemos a conviver e a criar. E, nessa ação de seres que criam na diversidade, o resultado é a cultura.

É preciso garantir o direito às diferenças como a grande possibilidade de enriquecimento educativo e social. O direito à diferença é também o direito à igualdade.

A idéia central fica explicitada no conceito de multiculturalismo, que consiste em reconhecer a existência de uma sociedade plural e diferencial, a necessidade de agir respeitosamente e também promover as diferentes culturas, havendo uma relação e uma convivência satisfatórias entre os diversos grupos étnicos. Não significa diluir as culturas diversificadas, e sim respeitá-las.

Todos somos diferentes pela interação entre o que sou (nível intelectual, motivação, interesse, conhecimentos anteriores), de onde venho e de onde estou (situação social, fatores culturais, ambiente, contexto geral).

A palavra do dia é **inclusão**. Até bem pouco tempo atrás, o que era estabelecido em educação era nivelar. Nivelar pela média ficava mais fácil para o educador.



Então, ele desenvolvia suas ações educativas generalizando os objetivos e os temas a serem trabalhados. Não levava em consideração a gama de diferenças de raça, de cor, de capacidades, de gêneros, etc. Ou seja, as metodologias buscavam educar a partir de uma visão superficialista e uniforme.

No momento em que surgiu a consciência das diferenças, surgiu como consequência a necessidade de conhecê-las para integrá-las, respeitando suas idiossincrasias.

E qual seria o papel da educação para reverter situações obscuras que impedem a **inclusão social**? A educação tem o dever de oferecer condições de transformar a sociedade, eliminando as discriminações e as desigualdades. A sociedade se desenvolve de diferentes maneiras, com suas histórias e suas culturas, tendo todas uma complexa teia de laços familiares, profissionais, sociais e de rituais específicos, que caracterizam e dão cor à evolução dos indivíduos ao longo da vida.

**Miscigenação** é o nome dado para a formação da sociedade brasileira devido ao fenômeno da mistura de raças e etnias. E, no Brasil, há uma fusão significativa de raças que deram o colorido todo especial às diferentes regiões: o índio, o branco, o negro e o amarelo,

que alicerçaram as particularidades e o espírito do nosso povo.

Criar uma cultura receptiva e consciente sobre os direitos de todos deve ser o fundamento do longo processo para tornar nosso mundo mais justo. E o Brasil é isto: uma imensa diversidade étnica, com uma gama de contrastes encontrados dentro dos vários mundos que formam a sociedade brasileira.

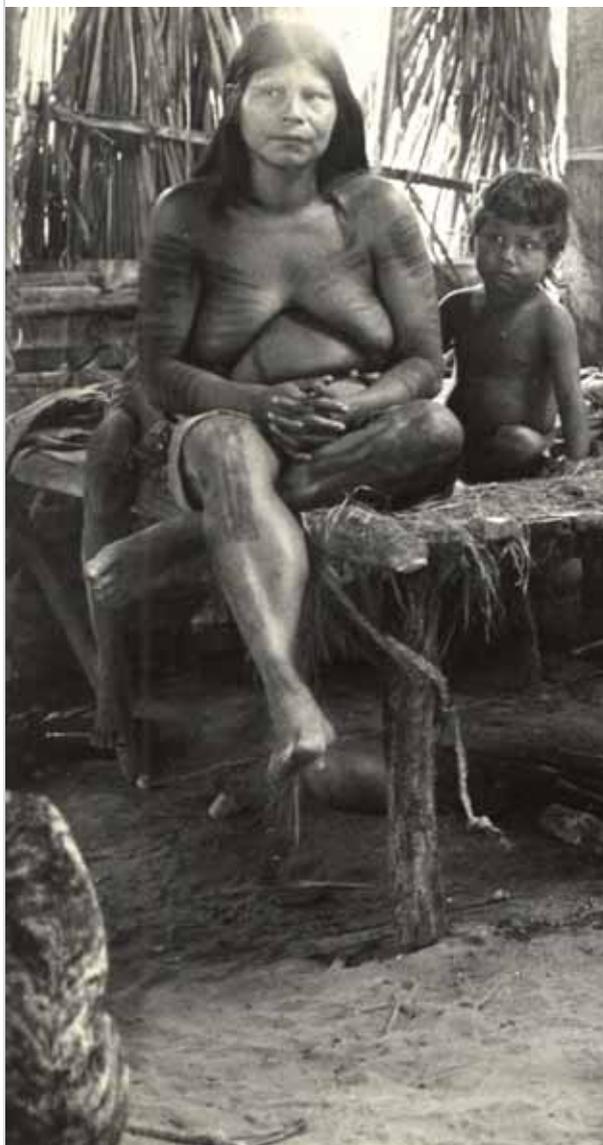


Foto Dick Weiten



*O Brasil vai ensinar o mundo  
 No mundo inteiro há tragédias  
 E o planeta tá morrendo  
 O desespero dos africanos  
 A culpa dos americanos  
 O Brasil vai ensinar o mundo  
 A convivência entre as raças  
 Preto, branco, judeu, palestino  
 Porque aqui não tem rancor  
 E há um jeitinho pra tudo  
 E há um jeitinho pra tudo  
 Há um jeitinho pra tudo  
 O Brasil vai ensinar ao mundo  
 A arte de viver sem guerra  
 E, apesar de tudo, ser alegre  
 Respeitar o seu irmão  
 O Brasil tem que aprender  
 com o mundo  
 E o Brasil vai ensinar ao mundo  
 O mundo vai aprender com o Brasil  
 O Brasil tem que aprender  
 com o mundo  
 A ser menos preguiçoso  
 A respeitar as leis  
 Eles têm que aprender a ser alegres  
 E a conversar mais com Deus*

*Cazuza - João Rebouças*

Instituições nacionais e internacionais desenvolvem programas e projetos em todo o mundo, porque acreditam que essa rica diversidade deve ser cultuada através de atitudes de respeito e de valorização das diferenças raciais e étnicas.

O artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do



Foto Dick Weilton

Brasil, está o de **promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.**

A Lei nº 7.716, no artigo 5º, propõe recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Pena: reclusão de um a três anos.

Essa lei define que os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor são puníveis com penas variáveis de um a cinco anos de reclusão. A Constituição estabelece que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e



liberdades fundamentais e considera que a prática do **racismo** constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

As causas de discriminação normalmente são baseadas em preconceitos infundados e irracionais. **Preconceito**, como a palavra em sua origem diz – do latim *praeconceptum* –, significa conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, idéia pré-concebida. É uma atitude negativa, dirigida a pessoas ou a grupo de pessoas, e implica uma predisposição negativa a alguém.

**Discriminação** é um conceito mais amplo e dinâmico do que o **preconceito**. A discriminação pode ser provocada por indivíduos e por instituições, e o preconceito só pelo indivíduo.

Ao longo de vários momentos da história do Brasil, os negros e as mulheres, entre outros grupos, protestavam contra a discriminação racial e a de gênero. Porém, na história recente das políticas sociais

do País, a promoção da igualdade já é uma realidade. O estado democrático, como as políticas públicas específicas, dá garantia de que é possível superar o histórico processo de discriminação social, econômico e cultural.

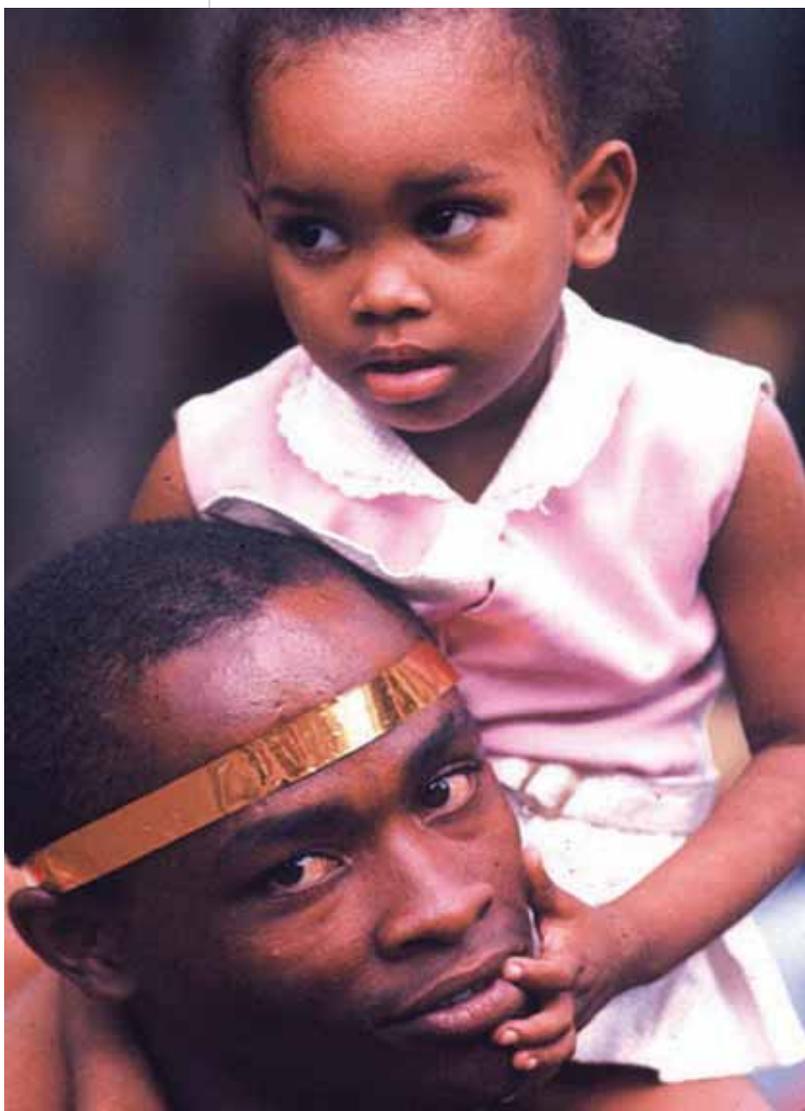


Foto: Sebastião Barbosa



*“Até que as mulheres estejam plenamente representadas no nível da liderança da vida pública, profissional e econômica, não poderemos dizer que desfrutam direitos completos e iguais. A UNESCO continuará a sua tarefa de estimular a educação das meninas, como primeiro e mais importante passo nessa direção.”*

*Koichiro Matsuura – De Mãos Dadas com a Mulher  
Diretor Geral da UNESCO*

Na realidade, o que se busca é garantir a participação e a inclusão de todos nos parâmetros de igualdades de direitos e de deveres. É importante que se estabeleça o diálogo entre **culturas, tradições espirituais, etnias**, que sirvam de pontes entre as diferenças e as possibilidades de **inclusão**.

A partir dessa interação dialógica que deve marcar a Educação Infantil, todas as crianças deverão ter acesso a oportunidades educacionais de qualidade, tendo suas necessidades atendidas com igualdade, sem discriminações, como está explícito na Lei.

### **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1949.**

*Artigo 1º – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros.*

*Artigo 3º – Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.*

### **Declaração sobre Raça e Preconceito Racial, 1978.**

*Artigo 2º – Todos os indivíduos e grupos têm o direito de serem diferentes, de se considerarem diferentes e de serem vistos como tal. Entretanto, a diversidade de estilos de vida e o direito de ser diferente em nenhuma circunstância devem servir como pretexto para o preconceito racial, não pode justificar leis, fatos ou práticas discriminatórias, nem promover políticas de apartheid, o que é uma forma extrema de racismo.*

### **Constituição Brasileira, 1988.**

*Artigo 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.*

Ao falarmos em **raça**, estamos falando das evidências das diferenças físicas, como cor da pele, do cabelo, ascendência biológica, e das construções históricas, culturais e sociais que caracterizam essas diferenças. Já o conceito **etnia** contém outros elementos, como a ancestrabilidade, a cultura, a raça, a língua, o estilo de vida, entre outros.

Esses conceitos enfatizam a identidade do sujeito a partir da perspectiva cultural.



São muitas as diversidades sociais, como raça, cultura, situação de saúde, situação socioeconômica, e os diferentes processos de aprendizagem, que são as pessoas com necessidades especiais, assunto que trataremos a seguir.

A inclusão social baseia-se na aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa, na convivência dentro da diversidade humana e na aprendizagem por meio da cooperação. Desse modo, a inclusão supõe a modificação da sociedade como pré-requisito para que as pessoas “diferentes” possam buscar seu desenvolvimento e exercer sua plena cidadania.

Qual o bem fundamental que o homem pode deixar para o futuro da humanidade?

*Tão simplesmente o rumo,  
O claro e seguro rumo,  
Para a conquista mais digna  
Da condição humana:  
A convivência entre as raças.*

*Jorge Amado*

#### Referências Bibliográficas

- IMBERNÓN, Francesc et al. *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PAULICS, Veronika. *Desenvolvimento local e redes de solidariedade*. Rio de Janeiro: Carta Brasil da Aliança, n. 11, 2000.
- SACRISTÁN, José Gimeno. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, Rosa et al. *Atenção à diversidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. São Paulo: *Revista Nova Escola*, edição 123, jun. 1999.



Foto: Sebastião Barbosa



## Atividades de Estudo e Aprofundamento

Maria Helena Lopes

*Ao falarmos em raça, estamos falando das evidências das diferenças físicas, como cor da pele, cor do cabelo, ascendência biológica, e das construções históricas, culturais e sociais que caracterizam essas diferenças. Já o conceito etnia contém outros elementos, como a ancestrabilidade, a cultura, a raça, a língua, o estilo de vida, entre outros.*

- Diga não às discriminações, identificando o preconceito racial através:
  - do uso de cartazes, livros e revistas com gravuras apenas de pessoas brancas;
  - de piadas e apelidos que expressam preconceitos de maneira implícita;
  - da valorização da cultura e beleza da maioria em detrimento de todas as etnias;
  - da ausência de negros ou indígenas em posições de destaque nos grupos em que habitualmente convivem com brancos;

– da pluralidade que deve ser repetida e não neutralizada.

- Você já pensou em promover um debate sobre a “diversidade étnico-racial em nosso país” com as famílias de suas crianças. Esse espaço de trocas de idéias e depoimentos traz à tona sentimento de discriminação que as pessoas sofrem. Em grupos todos se fortalecem, mais conscientizados enfrentam melhor as diferenças como discriminados ou como discriminadores.

- Tente organizar uma reunião de pais sobre essa temática. Relate como foi.

- Promova um festival de danças e roupas típicas das etnias e culturas que compõem a nação brasileira: índios, negros, japoneses, etc.



Foto: Sebastião Barbosa



## *Inclusão e a Diversidade: Crianças com necessidades especiais*

*Nara Joyce Wellausen Vieira*

*“... Possuímos traços comuns com os demais, por dispormos de alguma condição que nos torne semelhantes a eles ou por desejarmos certos ideais compartilhados.”*

*José Gimeno Sacristán – A Construção do Discurso sobre a Diversidade*

Estamos acostumados a ouvir que todos nós somos diferentes uns dos outros. Isso quer dizer que todos nós temos um modo especial de ser e nos caracterizamos pela forma como aprendemos, vemos,

sentimos e reagimos aos acontecimentos do ambiente em que vivemos. Podemos concluir, então, que temos diferenças, mas ao mesmo tempo possuímos algumas semelhanças com outras pessoas que apresentam as mesmas características. E é nesse jogo entre a singularidade (indivíduo) versus a pluralidade (grupo) que se constitui a vida em sociedade. Ou seja, para viver em sociedade, necessitamos que nossas características individuais sejam expressas e reconhecidas, assim como precisamos negociá-las e compartilhá-las naquilo que é comum ao social.



Ilustração: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Gian Calvi



A educação, tanto na família quanto nas instituições escolares e, principalmente, naquelas de Educação Infantil, tem a difícil missão de respeitar e estimular a individualização, ao mesmo tempo em que deve provocar e estabelecer a socialização uniforme, que significa compartilhar pensamentos, comportamentos, sentimentos e valores comuns ao ambiente em que vivemos. Portanto, é irreal pensar que teremos uma escola que assuma a diversidade na sua totalidade, pois, como primeiro espaço público oferecido a todos os indivíduos, deve manter o equilíbrio entre as diferenças e as pluralidades, não sendo viável o trabalho totalmente individualizado.

São muitas as diversidades sociais e elas estão presentes na escola: raça, cultura, situação socioeconômica, situação de saúde, entre outras. Mas falaremos neste texto sobre um grupo que é específico e que apresenta diferenças em seus processos de aprendizagem, necessitando de ajuda para tal. São as **pessoas com necessidades educacionais especiais**.

Em que momento essa diversidade constituiu-se um problema para os(as) professores(as)? Exatamente naquele momento em que a dificuldade ou a grande facilidade na aprendizagem de torna-se tão marcante, em relação ao

grupo de mesma faixa etária, que gera mal-estar no profissional por não saber como atender e ajudar aquela “pessoa diferente”. Então, como proceder? Que recursos utilizar para fazer com que essa “pessoa diferente” possa ter acesso ao espaço público oferecido pela educação? A educação especial tem a função de oferecer os recursos adequados para os professores trabalharem com os alunos com necessidades educacionais especiais, desde a educação infantil até o ensino superior. Porém, antes de falar um pouco sobre a educação especial e seus recursos, vamos conhecer um pouco da sua história.

Até 1970, o atendimento a esses alunos era oferecido em locais especiais, longe das escolas regulares. Tais propostas excludentes foram substituídas por outras, inclusivas. O que é inclusão? A inclusão é definida no Brasil, pelo Ministério da Educação, como a **“garantia de que todas as pessoas possam ter acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, pela aceitação das diferenças individuais e pela equiparação de oportunidades”**. Isso representa que todos possam ter acesso a todas as oportunidades vividas em sociedade, as quais devem estar adaptadas às suas necessidades, aos seus limites e às suas potencialidades. Portanto, esse conceito de igualdade não significa que todos

tenham que se comportar de maneira uniforme, mas sim que todos têm o direito a oportunidades iguais, segundo as características e necessidades de cada um.

Com a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (Brasil, 1996), a educação especial deixou de ser uma modalidade de educação e passou a estar inserida no ensino regular, não se encontrando mais afastada deste. Ela passou a ser definida como **o conjunto de recursos e serviços educacionais especializados e organizados, que apóiam, complementam e substituem os serviços educacionais comuns em todos os níveis.** Esse conjunto de recursos tem como objetivos garantir a educação escolar para todos os alunos que necessitam de um

atendimento especializado e promover o desenvolvimento das potencialidades desses alunos em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais (Brasil, 2001).

Esse enfoque da educação especial nos mostra uma nova forma de conceber a nossa prática educacional. Nesse sentido, alguns pontos importantes podem ser destacados:

– Vê o indivíduo com uma pessoa global, que possui uma necessidade especial. Na atualidade, o aluno com deficiência ou com altas habilidades/superdotação é percebido, antes de tudo, como uma **criança** com seus limites e potencialidades.



– Avalia as necessidades dos indivíduos usando abordagens que consideram o contexto natural, enfocando a criança em seu contexto natural e em atividades espontâneas.

– Usa materiais e estratégias considerando a aprendizagem de todas as crianças.

– Considera na avaliação a relação do indivíduo com os demais.

– Estabelece modelos colaborativos que favorecem a cooperação entre os alunos.

Feita essa breve exposição dos fundamentos da intervenção educacional com alunos com necessidades educacionais especiais, podemos agora ver quem são esses sujeitos. Eles podem ser caracterizados em três grupos:

– dificuldades ou limitações nos processos de desenvolvimento e aprendizagem;

– aprendizagem e desenvolvimento acelerado para sua faixa etária;

– comportamentos típicos de quadros sindrômicos, neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social.

No primeiro grupo, encontramos, segundo definições do Ministério da Educação em 2001:

• **Deficiência mental:** caracteriza-se por apresentar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, associada a limitações em duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade desses indivíduos de responder, favoravelmente, às demandas da sociedade.

• **Deficiência auditiva:** caracteriza-se pela perda total ou parcial da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Ela pode ser congênita ou adquirida e manifesta-se como surdez leve ou profunda.

• **Deficiência física/motora:** são todas as condições, temporárias ou permanentes, que afetam o indivíduo em sua mobilidade, na coordenação motora geral e na fala. São decorrências de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou de malformações congênicas ou adquiridas.

• **Deficiência visual:** é a redução ou a perda total da capacidade de ver com o melhor olho e depois da melhor correção ótica. Pode ser caracterizada como visão reduzida ou cegueira.

• **Deficiências múltiplas:** é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias, o que acarreta atrasos no desenvolvimento e dificuldades na capacidade adaptativa.

• **Bebês de alto risco:** englobam todos os bebês que tiveram

intercorrências durante o nascimento, as quais podem afetar seu desenvolvimento normal e são decorrentes de: asfixia perinatal, prematuridade, malformações congênitas ou síndromes genéticas, baixo peso, infecções congênitas, entre outros problemas.

No segundo grupo, encontramos as crianças com **altas habilidades/superdotação** que são “aqueles comportamentos que refletem a interação entre três traços: habilidades gerais ou específicas acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade. As crianças

superdotadas ou talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver este conjunto de traços e que os aplicam a qualquer área potencialmente valiosa do desempenho humano”.

E, por último, o terceiro grupo constituído pelas **condutas típicas**. Estas são manifestações comportamentais típicas de quadros neurológicos, psicológicos e/ou psiquiátricos que ocasionam atraso no desenvolvimento global com grande repercussão, principalmente na área social e adaptativa, necessitando de atendimento educacional especializado.



Ilustração: OMEP - RS



Como podemos trabalhar com esses sujeitos em nossas escolas?

Cabe destacar que o atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais deve ser garantido e definido na proposta político-pedagógica da escola. Você sabe o que é isso? É muito importante que saiba, pois a partir dessas propostas é que as ações pedagógicas da escola são planejadas e discriminadas, organizando, assim, todo o seu fazer pedagógico. Também é sua responsabilidade debater, analisar e buscar o consenso na elaboração de um projeto pedagógico inspirado na educação da diversidade, que deve considerar todos os alunos, respeitando suas diferentes experiências, seus estilos e ritmos próprios de aprendizagem, seus interesses e capacidades.

Além da importância de uma proposta político-pedagógica da escola construída de forma participativa, outros pontos devem ser destacados quando se pensa em trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais:

- Pensar a educação como um instrumento de desenvolvimento pessoal e social de todas as crianças, e não como maneira de classificá-las.

- Oferecer a cada criança os estímulos necessários para desenvolver suas potencialidades.

- Perceber que existem diferentes estilos de aprendizagens, de ritmos, de interesses e de capacidades.

- Adotar um modelo de desenvolvimento de currículo que facilite a aprendizagem de todos em sua diversidade.

- Encontrar soluções para a utilização do espaço, do tempo e dos agrupamentos das crianças.

É importante destacar que todas as atividades boas para esses alunos também o são para os demais. As atividades seqüenciadas e diversificadas devem ser propostas de acordo com graus de dificuldade, do menor para o maior e do simples para o mais complexo, de modo que todas as crianças possam ser contempladas.

A intervenção educacional deve servir para atender a diversidade na educação infantil. Mas como oferecer esse atendimento?

Neste momento, vamos falar um pouco de como trabalhar com as crianças com necessidades educacionais especiais e como ajudá-las em seu desenvolvimento.

## O atendimento à diversidade na educação infantil

Para educar as crianças com necessidades especiais, precisamos esclarecer alguns pontos. María del Carmen Díez Navarro (2002) destaca:

– As crianças não são todas iguais, pois elas possuem características que as diferenciam umas das outras. Elas não aprendem da mesma forma, no mesmo ritmo e usando as mesmas estratégias. Portanto, as atividades com as crianças não podem estar apoiadas em uma única estratégia.

– As crianças, ao chegarem na escola, já possuem um conhecimento anterior, construído na sua experiência de vida familiar. Portanto, é necessário que esse conhecimento seja respeitado e estimulado.

– As crianças só aprendem quando querem aprender. Portanto, a motivação é muito importante nesse processo. Uma boa maneira para ajudá-las é encorajá-las a enfrentar novos desafios é estar sempre ao seu lado.

– As crianças precisam viver experiências de sucesso, pois isso ajuda na construção de uma imagem positiva de si própria e da aprendizagem.

– As crianças aprendem com os estímulos que recebem. Esses estímu-

los, que não são os mesmos para todas, devem estar diretamente relacionados às suas necessidades e potencialidades.

Destacamos ainda dois aspectos importantes que você deve considerar na organização das atividades: a organização temporal e a espacial. A **organização temporal**, refletida nas práticas do cotidiano escolar, deve apresentar flexibilidade, considerando o tempo de atividade e de aprendizagem de cada criança, permitindo que ela inicie e termine sua atividade.

A **organização espacial** da sala de aula deve ir ao encontro das diferentes necessidades, interesses e capacidades de todas as crianças, organizado de tal modo que a própria criança escolha com autonomia a atividade de seu interesse.

### O seu papel de educador(a)

Uma vez que a criança de 4 meses a 6 anos passa a boa parte de seu tempo



Foto: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Gian Calvi



nos Centros de Educação Infantil, o papel dessas instituições é muito importante, pois está relacionado com a promoção do adequado desenvolvimento dessas crianças sob sua responsabilidade. Esse papel se baseia, principalmente, em três fatores: 1) estabelecer uma relação de afeto e confiança com a criança; 2) estar sempre atento, disponível e interessado no que ela está fazendo ou dizendo e 3) propor situações que se fundamentem em seu momento evolutivo, através da observação de seus interesses e necessidades.

Donald Winnicott (1976) afirma que nos primeiros anos, como a criança é dependente da presença do adulto, este deve cumprir as funções maternas básicas:

- Envolvimento corporal, que produz uma sensação de bem-estar e de conforto à criança, ao mesmo tempo em que o diálogo tônico estabelecido entre o corpo da criança e o seu devolve para ela aquele sentimento experienciado antes de nascer.

- Manuseio corporal, que fortalece a experiência do funcionamento do corpo da criança através de brincadeiras e jogos corporais, das atividades de higiene e de vida diária.

- Indicação de objetos, que promovem a emitem sons que não se entende, ao invés de falar.

A criança cresce e fica menos dependente, conquistando seu espaço em busca de autonomia. O papel do adulto, nesse momento, é o de oferecer interações adequadas, criando um meio acolhedor e não demasiado restritivo, permitindo a experimentação de diferentes situações, a manifestação de seus desejos e a busca de como satisfazê-los.

Crianças com necessidades educacionais especiais são crianças como quaisquer outras, desde que você aceite a idéia de que todos nós temos diferenças que nos ajudam ou que nos dificultam na execução de determinadas tarefas.

### **Sinais de alerta**

Considerando que o desenvolvimento infantil apresenta etapas importantes que evidenciam a evolução sadia da criança, é importante que se tenha conhecimento dessas etapas como forma de identificar sinais que possam auxiliar na identificação de crianças com deficiência, com atraso de desenvolvimento ou superdotadas. Alguns pontos podem ser destacados como meio de ajuste desse conhecimento.

Estes sinais são:

### **Sinais de atraso do desenvolvimento**

Podem ser observados sinais como:

- mãos fechadas com o polegar incluso após os 4 meses;
- hipotonia (flacidez) nos primeiros 3 meses;
- hipertonia (rigidez) após os 4 meses;
- ausência de sucção;



- ausência de gorjeios ou balbucios;
- ausência de sorriso;
- olhar apagado e atenção pouco sustentada;
- ausência de fixação ocular após os 4 meses;
- quando levantada pelas axilas, as pernas tendem a cruzar, como uma tesoura;
- convulsões;
- desnutrição grave;
- prematuridade.

### **Sinais de problemas auditivos**

O bebê apresenta problemas auditivos quando:

- reconhece as pessoas que estão diariamente com ela, mas não reage com o som da fala dessas pessoas;
- pára de balbuciar após os 6 meses;
- não vira o rosto em direção ao som de barulhos e vozes;
- tem dores de ouvido freqüentemente e secreção (corrimento) nos ouvidos;
- não se assusta com barulhos fortes;
- apresenta atraso na fala, vocabulário pobre;
- emite sons que não entende, em vez de falar;
- só atende quando a pessoa fala em sua frente;
- olha muito para a boca das pessoas que falam com ela;
- prefere explorar os objetos e o ambiente pelos olhos e pelo tato;
- demonstra desconfiança e dificuldade de socialização.

### **Sinais de problemas visuais**

Indícios de que o bebê apresenta problemas visuais ocorrem quando ele:

- não vira a cabeça em direção à luz;
- não estica os braços para tocar os brinquedos que lhe são oferecidos;
- apresenta as pálpebras avermelhadas, inchadas, com terçóis freqüentes;
- aproxima objetos e gravuras dos olhos;
- esfrega constantemente os olhos;
- franze a testa, movimenta as mãos na frente dos olhos;
- apresenta a ausência do reflexo de fechar os olhos quando um objeto é aproximado deles;
- tropeça ou bate com o pé em objetos pequenos.

### **Sinais de deficiência mental**

Podem ser observados sinais como:

- atraso nas etapas motoras, como por exemplo: fixar o olhar, firmar a cabeça, agarrar objetos, virar-se na cama, sentar-se, caminhar, etc.;
- dificuldades para falar, seguir instruções e obedecer a ordens simples;
- dificuldades em resolver problemas práticos relacionados com as atividades da vida diária.

Esses sinais podem ajudar a identificar preventivamente atrasos no desenvolvimento infantil. Porém, quando a criança apresenta uma aceleração no seu desenvolvimento, o que fazer? Como você pode saber se



a criança é superdotada?

Não se pode dizer que a criança de 0 a 6 anos é superdotada, mas existem alguns sinais que devem ser observados quanto a sua permanência, consistência e intensidade. Esses sinais são:

- aquisição precoce da linguagem, com vocabulário extenso e frases complexas;
- alfabetização precoce;
- habilidades motoras adquiridas antes do tempo esperado e com destacado desempenho;
- criatividade no uso dos materiais, jogos e brinquedos;
- curiosidade e questionamentos por temas de interesse de faixa etária mais elevada;
- raciocínios matemáticos complexos;
- destacado interesse e desempenho em áreas específicas;
- exigência constante de atividades mais elaboradas na escola e em casa;
- destacada memória para os temas de seu interesse;
- comprometimento nas atividades de seu interesse.

### **Orientações para a educação das crianças com necessidades educacionais especiais**

As sugestões de atividades que seguem são recomendadas tanto para crianças ditas normais quanto para aquelas com necessidades educacionais especiais. Tais

sugestões estão organizadas por faixa etária, pois as atividades são diferenciadas considerando as etapas de desenvolvimento.

Na faixa **de 0 a 1 ano**, destacamos a importância de desenvolver as seguintes ações:

- Ofereça atendimento individualizado ao bebê. Isso quer dizer que, preferencialmente, os cuidados devem ser feitos pela mesma pessoa. Tal ação permite a identificação das reações, das características e do desenvolvimento individual de cada criança. Além disso, propicia uma interação mais intensa entre o responsável e o “seu bebê”.
- Proponha atividades de conhecimento do seu corpo e do bebê, exploração dos objetos e das pessoas através das sensações, das percepções e dos movimentos. Devido à dependência física da criança dessa faixa etária, o educador é diretamente responsável por oferecer-lhe oportunidades diferentes.
- Observe permanentemente as manifestações das necessidades de sono, alimentação, afeto e higiene. O entendimento das reações do bebê determina seu atendimento imediato e carinhoso. Ele necessita do contato físico para que sua auto-imagem seja construída.
- Permita a exploração livre e a descoberta. Como nessa fase os períodos de



concentração são curtos, os materiais utilizados são intermediários e favorecedores da relação entre adulto *versus* criança e criança *versus* criança.

- Converse bastante com a criança, irradiando para ela todas as atividades que estão sendo realizadas. Isso auxilia na relação afetiva e desenvolve as noções de linguagem.

- Esteja atento aos movimentos do bebê para propor situações novas e desafiadoras.

Na faixa **de 1 a 2 anos**, as seguintes atividades poderão ajudar no desenvolvimento das crianças:

- Proponha atividades que priorizem os aspectos psicomotores e

lingüísticos a fim de consolidar as duas grandes conquistas dessa etapa: a marcha e a fala.

- Ofereça um ambiente físico amplo, estimulante e desafiador, pois é no plano da ação que a criança constrói seu conhecimento e vivencia os conflitos gerados na relação social.

- Estimule as brincadeiras conjuntas. As crianças dessa etapa são egocêntricas, brincam sozinhas e necessitam ser estimuladas, mesmo que em grupo.

- Ofereça materiais que apresentem várias possibilidades de exploração de novas descobertas, pois o tempo de concentração dessas crianças é curto.

- Valorize as atividades que a criança

pode fazer sozinha nas áreas da higiene e dos hábitos de vida diária, o que ajuda na estimulação da autonomia.

- Trabalhe a formação dos limites e do senso de moral, aproveitando as situações de conflito entre as crianças.



Ilustração: Nela Marin e Gian Calvi Kit Família Brasileira Fortalecida/UNICEF



Na faixa **de 2 a 4 anos**, sugerimos as seguintes propostas:

- Possibilite atividades grupais cooperativas, com pouca duração, as quais ajudarão a considerar a figura do outro e contribuirão para a saída da etapa egocêntrica.
- Proponha atividades psicomotoras e de exploração de objetos e do próprio corpo da criança.
- Proponha brincadeiras de faz-de-conta, estimulando o desenvolvimento da linguagem e do jogo simbólico.
- Oportunize escolhas de situações diferentes, permitindo à criança a tomada de decisão, estabelecendo combinações de fácil compreensão e estimulando a autonomia.
- Desenvolva a noção de espaço e tempo associado ao dia-a-dia da criança.

Na faixa **de 4 a 6 anos**, sugerimos as seguintes propostas:

- Proponha atividades cooperativas, que estimulem a formação de regras de convivência pelas próprias crianças, através da hora da rodinha e de muito diálogo.
- Incentive a participação das crianças no planejamento e na execução das atividades do dia, desenvolvendo, assim, a autonomia delas.
- Estimule os jogos simbólicos e a

expressão mímica, plástica, musical e lingüística com a introdução de algumas regras não-competitivas.

- Valorize as descobertas, as iniciativas e a colaboração demonstradas pelas crianças.
- Explore as situações de reunião em grupo para expressão e troca de idéias.
- Ofereça oportunidades para explorar o mundo da escrita e da leitura.

#### Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC, 2001.
- COSTA, Mara Regina Nieckel da; VIEIRA, Nara Joyce Wellausen. *Uma alternativa na educação e integração da pessoa com altas habilidades no Rio Grande do Sul*. Coletânea do XI Seminário Nacional da Associação Brasileira para Superdotados. Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p. 85-99.
- GARDNER, Howard; FELDMAN, David Henry; KRECHEVSKI, Mara. *Projeto Spectrum: a Teoria das Inteligências Múltiplas na Educação Infantil – utilizando as competências das crianças*. Vol.1. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- NAVARRO, María del Carmen Díez. A organização do currículo infantil como ponto-chave de atenção à diversidade. In: ALCUDIA, Rosa et al. *Atenção à diversidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SACRISTÁN, José Gimero. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, Rosa et al. *Atenção à diversidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- VIEIRA, Nara Joyce Wellausen; GIRONDI, Simoni; MARQUES, Marcia. *Treinamento de atendentes de creche*. Porto Alegre: FADERS, 1992. Documento não-publicado.
- WINNICOTT, Donald. *La familia y el desarrollo del individuo*. Buenos Aires: 1976.



## Atividades de Estudo e Aprofundamento

Maria Helena Lopes

*De alguma maneira todos nós  
Somos cegos, surdos e mudos.  
Cegos em nossa dificuldade em ver  
o que se passa em frente aos  
nossos olhos.  
Surdos em ouvir as palavras dos  
outros e também a voz  
da nossa consciência.  
Mudos, omissos em verbalizar  
nossos sentimentos e desejos.  
Educar é ajudar a manter abertos  
os canais de comunicação de nossos  
filhos e também aprender, no contexto  
com eles, a ver, ouvir e falar.”*

Roberto Shinyashiki

- Em entrevista com a direção de uma escola, indague como têm sido as experiências de inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares, destacando os preconceitos, as angústias, as dificuldades e os resultados obtidos. Transcreva a entrevista em seu caderno.

Na convivência com as crianças não há melindres. As crianças encontram meios muito originais para se relacionarem e o educador aprende com elas. As crianças com necessidades especiais se desenvolvem melhor quando o educador acredita nelas.

- Comprove as “dicas” a seguir conversando com educadores que têm a experiência da inclusão:

- Não está tudo nos livros, mas o embasamento teórico é importante.
- No dia-a-dia, é preciso ter paciência.
- Não atropela os estágios, o avanço é lento.
- Conheça seu aluno.
- Esteja aberto e ouse experimentar novas alternativas.
- O trabalho envolve a família.
- A escola precisa dar apoio com outros profissionais.

### Sugestões de Filmes

- A cor do paraíso
- Rain Man
- Sempre amigos
- O oitavo dia
- Gabi, uma história verdadeira
- Os filhos do silêncio
- Meu pé esquerdo
- Mr. Holland: meu adorável professor
- A música e o silêncio
- À primeira vista
- A cor do paraíso
- Livre para voar
- Lágrimas do silêncio
- Versos de amor

### Questões para Reflexão

- A partir do que foi abordado, de que modo você receberia em sua sala de aula uma criança com necessidades especiais?

- Sugira uma ação na qual indivíduos excluídos possam exercer sua cidadania plena.

- Expresse suas idéias, observações e sugestões.





Botero - Os Músicos, 1979



## **teorias e Influências Pedagógicas em Educação Infantil**

*Patrícia Fernanda Carmen Kebach*

Neste texto, procuramos expor brevemente o pensamento dos principais autores que influenciaram a Educação Infantil ao longo dos anos. Seus pensamentos e pesquisas estão atrelados a tempos históricos e contextos socioeconômicos diversificados, que influenciaram teorias e práticas diferentes a respeito do mesmo tema – a educação das crianças. Nosso objetivo é o de proporcionar ao leitor o conhecimento de uma parte da história da construção dos métodos e do pensamento desses criadores. Destacamos os seguintes:

- Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778)
- Johann H. Pestalozzi (1746 – 1827)
- Friedrich Froebel (1782 – 1852)
- Sigmund Freud (1856 – 1939)
- Maria Montessori (1870 – 1952)
- Henri Wallon (1879 – 1962)
- Jean Piaget (1896 – 1980)
- Lev Vygotsky (1896 – 1934)
- Celestin Freinet (1896 – 1966)

Grande parte dos autores de textos que estudam a história da pedagogia considera Rousseau, Pestalozzi e Froebel os precursores da pedagogia moderna. Para termos uma noção do pensamento de cada um deles, basta lembrarmos de algumas de suas citações. **Rousseau**, por

exemplo, dizia que aprendemos as noções bem mais claramente e de modo muito mais seguro se aprendermos por conta própria e não pelo ensinamento de outra pessoa, especialmente se essa pessoa for autoritária. Dizia, ainda, que as pessoas tornam-se mais engenhosas estabelecendo relações, ligações entre as idéias, criando invenções de instrumentos por conta própria e que, pelo contrário, quando alguém nos ensina algo, acabamos por adotar um posicionamento de displicência. A criança, para Rousseau, não opera através de palavras, mas sim através da experiência prática e do sentimento. Segundo ele, ao contrário de ajudar no desenvolvimento da criança, a interação com a sociedade atrapalha o desenvolvimento dela. Em seu pensamento, era necessário que a criança manipulasse os objetos para descobri-los.



Ilustração: Estúdio CRIANCAS CRIATIVAS / Gian Calvi



**Pestalozzi**, que não foi um teórico como Rousseau, mas sim um prático, dizia que nenhum ser humano poderia receber sua educação de outro ser. O papel do educador, no pensamento de Pestalozzi, era o de deixar cada criança desenvolver livremente suas faculdades ou disposições primitivas que pronunciavam sua verdadeira natureza, pois cada disposição manifestada na criança forneceria as indicações necessárias para bem dirigi-la. A criança, dizia ele, aprende por conta própria; o professor é tão-somente o meio exterior do desenvolvimento e da instrução. Pestalozzi preocupou-se essencialmente em alterar as condições sociais das crianças órfãs e abandonadas, uma vez que muitos trabalhadores, homens e mulheres, morriam em virtude da pobreza e das condições extremamente insalubres de trabalho no período precedente à Revolução Industrial.

**Froebel**, sucessor de Pestalozzi, dizia que todo o progresso deve vir de uma ação voluntária da própria criança. Organizou, então, um método de trabalho, o “Kindergarten” ou Jardim-de-Infância, baseado na idéia de que as crianças assemelhavam-se a pequenas sementes que, quando adubadas e expostas a condições favoráveis, desabrochariam em clima de amor, simpatia e encorajamento.

Podemos atribuir duplo sentido à nomenclatura jardim-de-infância. Além de enfatizar a conotação de que as crianças são como flores que devem ser regadas, destaca também a importância do contato da proximidade com a natureza.

Com isso, ele objetivou um desenvolvimento autoconsciente da condição humana numa relação harmônica com a natureza e a sociedade. No pensamento de Froebel, as experiências de aprendizagem devem envolver a auto-expressão no jogo, na educação física, na dramatização, como modo de estimular a espontaneidade e a atividade criadora, cabendo ao educador o papel de estimular o desenvolvimento dos sentidos.

O que esses três autores tiveram em comum foi o fato de destacarem a importância da ação das crianças sobre o mundo como forma de aprendê-lo. Isto é, no pensamento dos três, o ensino tradicional (fortemente ligado às correntes teóricas *empirista* e *comportamentalista*, que sempre expressaram uma pedagogia legitimada pela reprodução da ideologia, do autoritarismo, da coação, do silêncio, etc.) era considerado errô-



neo, pois passaram a considerar a importância da atividade das crianças em seu esforço de compreensão do mundo.

O ensino tradicional, de modo geral, é baseado no Behaviorismo, corrente teórico-prática que explica o processo de aprendizagem pela reação dos sujeitos frente aos estímulos do meio, isto é, o ensino transmitido do educador para um aluno passivo, receptor de instruções e mensagens, imitador de conteúdo (por exemplo, imitar gestos da professora durante uma apresentação musical, copiar letras, formas ou textos, pintar um desenho pronto, etc.). As crianças, do ponto de vista comportamentalista, são apenas receptoras dos conteúdos repassados pelos professores e armazenam em seu cérebro qualquer estímulo exterior que passe por seus órgãos dos sentidos,

sem que precise estruturar as informações, ou fazer nenhum esforço de organização dos conteúdos.

Podemos considerar, portanto, que **Rousseau, Pestalozzi e Froebel**, assim como **Maria Montessori**, deslocaram-se para outra corrente teórica, demonstrando uma postura pedagógica próxima da *teoria apriorista*. Em outras palavras, Apriorismo vem de *a priori*, isto é, aquilo que é posto antes como condição do que vem depois. O que é posto antes? A bagagem hereditária. Esses autores, então, aproximam-se da explicação de que o ser humano nasce com o conhecimento já programado na sua herança genética e já traz, desse modo, um saber que necessita apenas trazer à consciência, organizar, ou recheiar de conteúdo.



Ilustração: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Gian Calvi



Vamos ao exemplo do trabalho de **Montessori** para maior compreensão da teoria apriorista. A perspectiva da “educação sensorial” considera a inteligência como algo que passa essencialmente pelo jogo das percepções e sensações, e seu modelo foi fornecido por Froebel, que se preocupou em envolver as crianças com um programa educativo apropriado a suas características evolutivas, contendo atividades lúdicas que visavam a desenvolvê-las através dos órgãos dos sentidos. Montessori, procurando responder às necessidades da escola maternal, destaca três pontos exteriores que, para ela, são essenciais: 1) um ambiente adaptado para os trabalhos de desenvolvimento dos sentidos (tato, olfato, audição, visão e paladar), 2) um professor humilde e 3) um material científico que possibilite esse desenvolvimento. Diz ainda que as diretrizes práticas, positivas e mesmo experimentais para a criação de seu método de educação vieram da observação das escolhas das próprias crianças, isto é, de suas manifestações espontâneas, o que conferia ao seu trabalho um caráter de ineditismo. O mérito para a época foi a adequação do mobiliário ao tamanho das crianças, passando as salas a dispor de cadeiras e mesas menores, como as que ainda hoje são usadas, e a criação de materiais específicos para integrar uma metodologia, como veremos a seguir.

Para desenvolver a audição, por exemplo, Montessori criou uma série de sinos de formato idêntico, mas de sons distintos que, quando tocados, apresentam uma larga ressonância. Assim, procurou montar um material pedagógico de apoio para as crianças manipularem livremente, desenvolvendo suas funções sensorio-motoras, algo indispensável para a formação intelectual, porém parcial, pois a atividade perceptiva trata-se de apenas uma parte da estruturação do pensamento. Portanto, consideramos que a educação sensorial apenas facilita as primeiras explorações que a criança costuma fazer espontaneamente. Pensamos que as relações que a criança estabelece entre os objetos que explora são fundamentais para sua progressão intelectual. Assim, além de sentir uma determinada textura, através de seu tato, é necessário que ela estabeleça diferenças entre essa textura e uma outra, compreenda a função da textura de uma lixa, por exemplo, etc. Montessori intui a importância da manipulação sobre os objetos no desenvolvimento intelectual e suas práticas foram as pioneiras a se aproximarem do espírito da Escola Ativa.

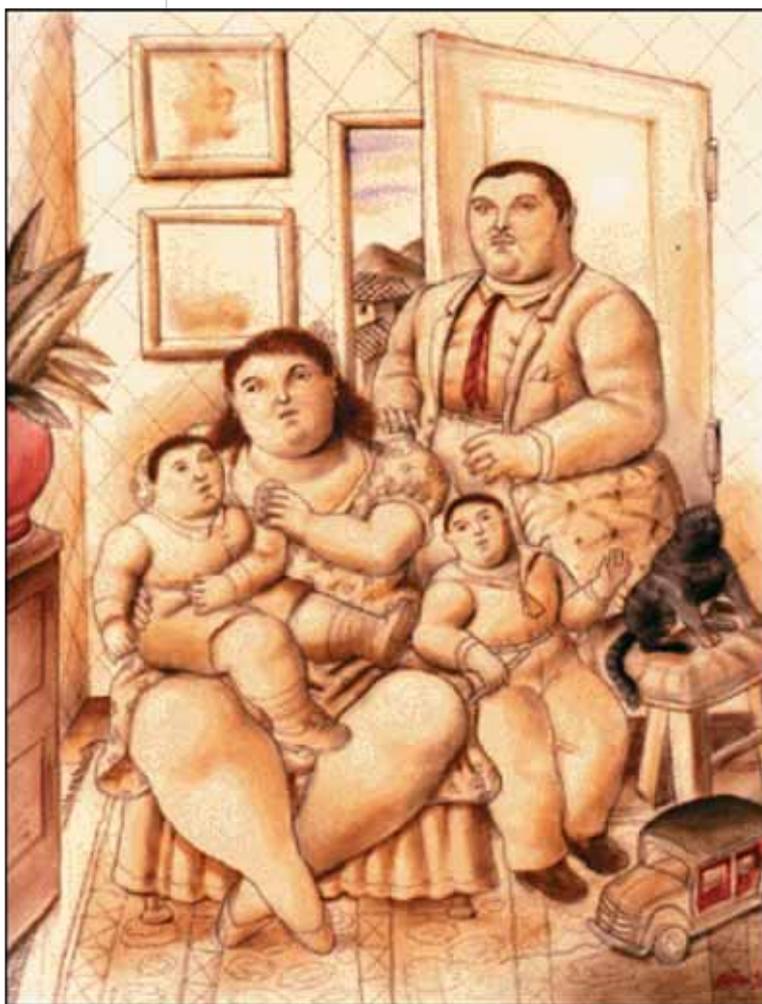
Compreendeu-se, enfim, que uma escola ativa não é simplesmente uma escola de trabalhos manuais e que, se em certo nível de desenvolvimento a manipulação de objetos (exploração de material) é necessária, na medida em

que as noções lógico-matemáticas são desenvolvidas, tiradas não desses objetos, mas das próprias ações das crianças sobre esses objetos e de suas coordenações, as manipulações verbais tornam-se cada vez mais possíveis. Compreendeu-se também que o interesse não exclui o esforço, pelo contrário, ajuda a criança a esforçar-se ainda mais, espontaneamente, uma vez que, se a vida comporta uma parcela grande de trabalhos impostos ao lado das iniciativas mais livres, as disciplinas necessárias tornam-se mais eficazes quando são aceitas com satisfação pelas crianças. Os métodos ativos conduzem à cooperação progressiva das crianças entre elas mesmas e entre elas e o professor. Os métodos ativos demandam do professor um trabalho bem mais diferenciado e atento. A pedagogia ativa pressupõe uma formação mais aprofundada em termos de educação e de psicologia da criança.

A exemplo do que pode ser feito em meios modestos,

**Freinet**, sem se preocupar muito com a psicologia da criança, mas voltado para as questões sociais, procurou antes de tudo fazer da escola um centro de atividades conectadas às necessidades da comuni-

dade. Sua idéia célebre de criar uma gráfica na escola constitui uma ilustração particular da importância fundamental do exercício da criatividade para o desenvolvimento da criança. Ou seja, segundo Freinet, a criança que publica seus pequenos textos conseguirá ler e escrever com uma qualidade muito superior.



Bolero - Uma família, 1933

Sem visar explicitamente à finalidade de uma educação da inteligência e de uma aquisição dos conhecimentos gerais pela ação, Freinet atingiu os objetivos constantes da escola ativa, pensando,



sobretudo, no desenvolvimento dos interesses e da formação social da criança. Enfatiza que a educação consiste na criação do saber e que a aprendizagem acontece na relação “aprender fazendo”.

Em se tratando dos estudos sobre a psicologia cognitiva, três nomes se destacam: **Wallon**, **Vygotsky** e **Piaget**. Podemos considerar que a grande contribuição proporcionada pelos estudos desses autores é a nova visão *interacionista e construtivista* (sujeito e objeto se constroem mutuamente na interação entre ambos) sobre o desenvolvimento intelectual do ser humano. Eles ultrapassam a visão *empirista e comportamentalista* de um ser humano passivo, receptor de conteúdo, e a visão *apriorista e maturacionista* de um ser humano que já nasce com um conhecimento *a priori* ou herdado geneticamente, apenas precisando amadurecer para florescer com um mínimo de esforço, através de sua exposição às condições ideais para isso, como no exemplo da educação sensorial de Froebel e Montessori.

Apesar de não estarem essencialmente voltados para a pedagogia, os pensamentos de Wallon, Vygotsky e Piaget são instrumentos extremamente fecundos na criação de um modelo interacionista construtivista que possa ser pensado em termos pedagógicos.

**Wallon**, por exemplo, afirma que os conflitos marcam o crescimento da criança, despertando o interesse e o desejo de progressão intelectual, devido às exigências da vida em sociedade. A teoria desse autor é inspirada na psicanálise freudiana, visto que a noção de conflito, para **Freud**, tem a ver com o instinto sexual, ou libido, que impõe suas exigências desde o nascimento. Wallon vai tramando, assim, a explicação do desenvolvimento intelectual (cognitivo) e do desenvolvimento emocional (afetivo). Assim como Freud, Wallon diz que as atividades lúdicas, por exemplo, são uma máscara para disfarçar o inconsciente afetivo ou cognitivo gerado por um conflito muito forte. A função dessas atividades lúdicas consiste em realizar uma verdadeira *catarse*, já que não dizem respeito ao objeto real, e sim a uma situação imaginária. Para Wallon, a atividade lúdica possui um papel fundamental na evolução psíquica.

Levando em consideração as relações entre o ser e o meio, relações estas que se modificam reciprocamente, o caráter social da educação e as iniciativas individuais e espontâneas são valorizadas, o que favorece a formação pessoal do aluno e sua inserção na coletividade, enfatizando que a vida intelectual pressupõe a social.

Também para **Piaget**, o jogo (no sentido de brincar) é fundamental para o



desenvolvimento da criança. O bebê, por exemplo, desenvolve sua inteligência prática nos primeiros meses de vida através de jogos de exercício, quando, por exemplo, bate várias vezes em alguma coisa, ou quando joga longe os objetos. Assim, as noções de objeto, causalidade, espaço e tempo vão sendo testadas e diferenciadas por meio de uma ampla exploração. Logo que começa a falar, período que corresponde ao que Piaget chama de começo da função simbólica (por volta de 1 ano e meio a 2

anos), as brincadeiras que a criança realiza imitando acontecimentos passados, simbolizando algum acontecimento ou objeto (por exemplo, quando brinca com três bonequinhos, um maior, um médio e um menor e coloca o pequeno distante dos outros dois), ela está ao mesmo tempo se desenvolvendo afetiva e cognitivamente, pois está reproduzindo um acontecimento passado, em que a representação dos bonecos corresponde respectivamente, em ordem decrescente, a sua mãe, a ela própria e a um irmãozinho recém-nascido. Desse modo,

além de apreender as noções de tempo (acontecimento passado), espaço (tamanho dos bonecos, distância entre eles, etc.) e causalidade (sucessão de acontecimentos), a criança faz uma catarse (no sentido freudiano da palavra) de algo que a incomoda no presente: o nascimento de seu irmãozinho que lhe rouba a atenção da mãe, por exemplo. Portanto, também para Piaget são os conflitos internos frente aos desafios do meio, numa relação radical entre ambos que fazem o sujeito crescer. Mais tarde, por volta dos 7 ou 8 anos,



Ilustração: Alice no País das Maravilhas / John Tenniel



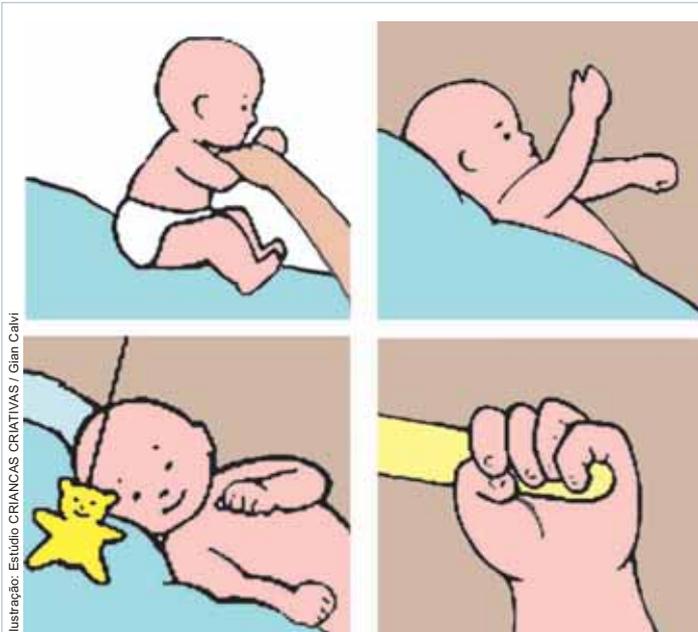


Ilustração: Estúdio CRIANÇAS CRIATIVAS / Giam Catvi

quando a criança já é capaz de coordenar seu ponto de vista com o das outras pessoas, é que começará a se interessar cada vez mais pelos jogos de regra, que também a farão progredir afetiva e cognitivamente, através dos conflitos que derivam da sua interação com os objetos e com outros sujeitos. Para Piaget, o ato de diferenciar os vários elementos de qualquer objeto (por exemplo, a estrutura musical, os elementos contidos em uma frase, a distância entre os objetos, a estrutura de qualquer conjunto, os diferentes pontos de vista, etc.) e compreender as relações que existem entre esses elementos para a constituição da totalidade do objeto (por exemplo, a noção de perspectiva, as noções de física, de matemática, o conhecimento lógico, a música ou qualquer outro conhecimento) é o que faz o sujeito progredir intelectualmente. Um fator muito

importante nessa progressão do ponto de vista piagetiano, vale salientar, diz respeito não só à interação da criança com os objetos, mas também com outras pessoas.

Nesse caso, cabe ao educador disponibilizar à criança o exercício de sua autonomia, num contexto de jogos individuais e jogos de grupo, numa relação adulto-criança caracterizada pelo respeito mútuo, pelo afeto e pela confiança. Acrescente-se ainda a ação do educador

como um orientador e questionador das atividades da criança, a partir de conteúdos organizados em situações concretas, que favoreçam o desenvolvimento infantil nos seus vários aspectos.

**Vygotsky**, por sua vez, adota um ponto de vista um pouco diferente de Piaget ao explicar os processos de aprendizagem da criança. Para Vygotsky, a cultura é parte essencial na constituição da inteligência humana, pois, em seu pensamento, a relação do homem com o mundo não é apenas direta (por exemplo, quando alguém aproxima a mão do fogo e a tira rapidamente), mas fundamentalmente mediada pela lembrança de experiências anteriores geradas pela interação com outros indivíduos de sua cultura. Os processos mediados vão sendo construídos ao longo do desenvolvimento, não estando ainda presentes nas crianças pequenas. A

vida social é um processo dinâmico, na visão vygotskyana, em que cada indivíduo é ativo. É nesse processo que ocorre a interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo de cada um. Por isso, a interação face a face desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois é a partir dela que se chega à interiorização das formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. Exemplo disso, segundo Vygotsky, seria o desenvolvimento do gesto de apontar. No início, o bebê tenta pegar com a mão um objeto que está fora de seu alcance sem conseguir tocá-lo. Para o bebê, esse gesto é dirigido ao objeto. Se um adulto presenciar a cena, reagirá dando o objeto à criança, interpretando o ato de esticar a mão em

direção ao objeto como “Eu quero o chocalho”. Assim, a criança começará a incorporar o significado atribuído pelo adulto e a compreender seu próprio gesto. O movimento de pegar transforma-se, através dessa mediação, em um gesto de apontar. Portanto, para Vygotsky, as origens das funções psicológicas superiores estariam calcadas nas relações sociais entre os indivíduos. Segundo ele, “Os elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo – instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de significado cultural – são fornecidos pelas relações entre os homens”.



Foto: Sebastião Barbosa



No processo educativo, sua teoria sugere a adoção de uma metodologia qualitativa com base na observação dos sujeitos envolvidos na resolução de problemas, sendo propostas experiências de aprendizagem que privilegiem a vivência do social e o exercício da linguagem. Para Vygotsky, a linguagem é o fator determinante dos pensamentos e o principal mediador entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Procuramos salientar brevemente, neste texto, os aspectos essenciais do pensamento de cada autor abordado. O que podemos encontrar de comum em todos eles é a tentativa de compreensão do desenvolvimento/da construção da inteligência da criança, a importância da sua atividade para desenvolver-se (manipulação de objetos, estabelecimento de relações, atividades espontâneas, diálogo com os educadores e colegas, etc.) e o papel fundamental da atividade lúdica (brincadeiras) na vida da criança, especialmente das atividades espontâneas, que partam dos interesses da própria criança em direção ao seu desenvolvimento emocional e intelectual.

A partir das contribuições dos teóricos construtivistas, como Wallon, Vygotsky e Piaget, podemos descrever o papel do educador na educação infantil da seguinte forma: ele deve estimular a criatividade da criança através de desafios que partam dos interesses dela própria, devendo também orientar as atividades exploratórias características dessa faixa etária, em que a criança procura descobrir o mundo através das interações socioculturais. Além disso, o educador deve apresentar-se como problematizador, oferecendo ajuda à criança para a condução do processo mental em formação. E, através de uma prática construída cotidianamente, favorecer a formação pessoal e a inserção na coletividade, estabelecendo sempre relacionamentos afetivos que propiciem às crianças condições de encontrar satisfações para suas necessidades.

#### **Referências Bibliográficas**

- BECKER, Fernando. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HAMELINE, Daniel; JORNOD, Arielle; BELKAED, Malika. *L'école active: textes fondateurs*. Paris: PUF, 1995.
- KAMII, Constance. *Piaget para educação pré-escolar*. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- MONTESSORI, Maria. *L'enfant*. Genève: Desclée de Brouwer, s.d.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Ed. Scipione, 1995.
- PIAGET, Jean. *Psychologie et pédagogie*. Paris: Éditions Denoël, 1969.
- WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. Rio de Janeiro: Editora Andes, 1960.



## Atividades de Estudo e Aprofundamento

*Maria Helena Lopes*

- Enfatize a necessidade de instrumentos teóricos a partir dos quais os educadores podem organizar a sua ação pedagógica, faça um estudo do texto, destacando uma ou mais idéias de cada um dos autores citados. Elabore uma síntese e registre em seu caderno. Se desejar, poderá utilizar também outras referências bibliográficas.

- A partir do estudo teórico que você realizou, argumente:

- Qual(is) contribuição(ões) do “passado” interferem nos dias atuais?

- Quais autores, em sua opinião, estão ultrapassados? Por quê?

- Quais autores você entende que estão orientando a sua prática pedagógica atualmente?



Ilustração: Estúdio CRIANCAS CRIATIVAS / Gian Calvi



## *Nota sobre os Autores*

### **1º Texto – Aspectos Legais da Educação Infantil**

**MARISE CAMPOS**

Especialista em Tecnologia Educacional, na área de Televisão Educativa, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É assessora técnica da presidência da OMEP/BR/RS/Porto Alegre e da OMEP Brasil.

### **2º Texto – Maus-tratos na Infância: desamarrando as correntes da violência**

**LEOBERTO NARCISO BRANCHER**

Juiz de Direito da 3ª vara da Infância e Juventude de Porto Alegre. Atualmente à disposição do Tribunal de Justiça, atua como substituto de Desembargador na 19ª Câmara Cível. Dedica-se à difusão de programas de Educação em Valores Humanos e Cultura da Paz.

**TAIANA BRANCHER COELHO**

Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua na equipe técnica da Escola do Parque, que se insere no projeto do Parque Regional do Pantanal, e no atendimento de adolescentes vítimas de violência doméstica.

### **3º Texto – Política Social da Infância**

**PEDRO DEMO**

Pós-Doutorado pela Universität Erlanger-em Nürnberg, Alemanha, e pela University of Califórnia de Los Angeles-UCLA, Estados Unidos. Exerce atualmente várias consultorias em nível nacional e internacional. Participa como convidado em eventos nacionais e internacionais.

### **4º Texto – Discriminações, Preconceitos e Etnias**

**MARISE CAMPOS**

Especialista em Tecnologia Educacional, na área de Televisão Educativa, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É assessora técnica da presidência da OMEP/BR/RS/Porto Alegre e da OMEP Brasil.

### **5º Texto – A Inclusão e a Diversidade: crianças com necessidades especiais**

**NARA JOYCE WELLAUSEN VIEIRA**

Psicóloga formada pela PUC-RS. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGEdu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Coordenadora e psicóloga do Centro de Desenvolvimento, Estudos e Pesquisas nas Altas Habilidades/CEDEPAH da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul/FADERS.

### **6º Texto – Teorias e Influências Pedagógicas em Educação Infantil**

**PATRICIA FERNANDA CARMEN KEBACH**

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma instituição. Professora de Música.

